

UFRRJ
INSTITUTO DE FLORESTAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PRÁTICAS EM
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

DISSERTAÇÃO

Turismo de base comunitária na Área de Proteção
Ambiental Guapi-Mirim: uma proposta de guia de
campo para a Interpretação Ambiental

LETÍCIA SCHUMACHER DE AZEVEDO

2019



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE FLORESTAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PRÁTICAS EM
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

**Turismo de base comunitária na Área de
Proteção Ambiental Guapi-Mirim: uma
proposta de guia de campo para a Interpretação
Ambiental**

LETÍCIA SCHUMACHER DE AZEVEDO

Sob orientação da Professora:

Dra. Camila Gonçalves de Oliveira Rodrigues

**Dissertação submetida como requisito
parcial para obtenção do título de
Mestre, no Programa de Pós-
Graduação em Práticas em
Desenvolvimento Sustentável .**

RIO DE JANEIRO
2019

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S392t Schumacher, Letícia, 1992-
Turismo de base comunitária na Área de Proteção
Ambiental Guapi-Mirim: uma proposta de guia de campo
para a Interpretação Ambiental / Letícia Schumacher. -
Niterói, 2019.
75 f.: il.

Orientadora: Camila Rodrigues.
Dissertação(Mestrado). -- Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro, Programa de Pos Graduação em
Práticas em Desenvolvimento sustentável, 2019.

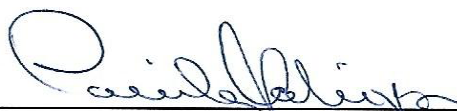
1. Áreas protegidas . 2. populações tradicionais .
3. desenvolvimento sustentável. 4. ecoturismo. 5.
gestão de unidades de conservação. I. Rodrigues,
Camila, 1975-, orient. II Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro. Programa de Pos Graduação em
Práticas em Desenvolvimento sustentável III. Título.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PRÁTICAS EM DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL**

LETÍCIA SCHUMACHER DE AZEVEDO

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre**, no Programa de Pós-Graduação em Práticas em Desenvolvimento Sustentável da UFRRJ.

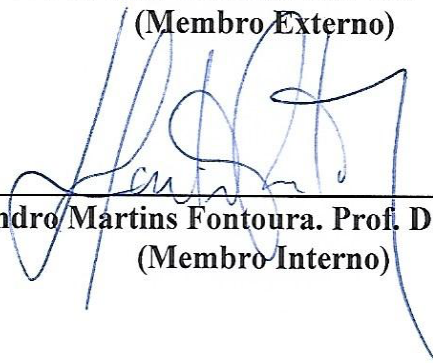
DISSERTAÇÃO APROVADA EM 19/06/2019.



**Camila Gonçalves de Oliveira Rodrigues. Prof.^a Dr.^a – UFRRJ
(Orientadora)**



**Eloise Silveira Botelho. Prof.^a Dr.^a - UNIRIO
(Membro Externo)**



**Leandro Martins Fontoura. Prof. Dr. - UFRRJ
(Membro Interno)**

Agradecimentos

À minha orientadora , Camila Rodrigues, pelo suporte, conselhos, e por toda a atenção prestada, mesmo sendo uma pessoa tão ocupada. E principalmente por ter continuado empolgada com essa dissertação, mesmo com todas as mudanças pelas quais ela passou.

À minha família pelo apoio incondicional e esforço que fizeram para eu poder chegar aqui.

Aos colegas de turma por tantos momentos maravilhosamente compartilhados nesses dois anos de mestrado. Em especial a Marília Salgado e Thábata Ribeiro, pela parceria, tantas trocas de ideias e consolos no percurso até aqui.

Um agradecimento especial aos gestores e condutores da APA Guapimirim e as ONGs parceiras que compartilharam suas impressões e conhecimentos e possibilitaram a construção deste trabalho.

À ONG Guardiões do mar por ter publicado essa proposta de Guia de Campo.

À Juliana Fukuda pelos conselhos, a atenção e por ter sido sempre solícita.

Aos professores da comissão examinadora.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001"

RESUMO

Schumacher, Letícia de Azevedo. Turismo de base comunitária na Área de Proteção Ambiental Guapi-Mirim: uma proposta de guia de campo para a Interpretação Ambiental. 2019. Dissertação (Mestrado em Práticas em Desenvolvimento Sustentável). Instituto de florestas, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro (RJ), 2019.

O ecossistema manguezal tem uma grande importância ecológica e está sujeito a diversas pressões antrópicas. A Área de Proteção Ambiental (APA) de Guapimirim é a primeira unidade de conservação federal criada para a proteção de manguezais no Brasil e nela vivem povos tradicionais de pescadores e catadores de caranguejo que enfrentam inúmeras dificuldades em termos de inserção profissional e alternativas econômicas. Nesse contexto, iniciativas que visam promover o turismo de base comunitária na APA estão sendo incentivadas como alternativa para a geração de emprego e renda local, buscando manter o processo de recuperação gradual do ecossistema e a participação e inclusão das comunidades na gestão dessa área protegida. Como forma de contribuir para esta iniciativa, ferramentas de interpretação ambiental podem sensibilizar o visitante por meio do contato com a natureza e com a cultura local, levando-o a compreender a função das áreas protegidas e as dinâmicas sociais que permeiam o uso desses espaços. Sendo assim, esta dissertação de mestrado tem como objetivo a elaboração de uma proposta de guia de campo para apoiar a prática de atividades de interpretação ambiental, além de disponibilizar informações aos visitantes sobre temas relacionados à cultura local e ao ecossistema manguezal, podendo contribuir para o fortalecimento das iniciativas de turismo de base comunitária na APA Guapimirim. A pesquisa contou com quatro etapas: 1) identificação de temas e elaboração do conteúdo do guia de campo; 2) levantamento, análise e sistematização dos dados secundários; 3) participação em atividades do projeto TBC na APA Guapi-mirim e identificação dos interlocutores; 4) Realização de entrevistas com gestores, condutores e especialistas que atuam diretamente com o turismo na área e observação direta; Como resultado final, foi elaborado uma proposta de conteúdo que pode ser divulgado por meio de um guia de campo e/ou outros veículos de comunicação utilizados em atividades de interpretação ambiental pelos gestores condutores e visitantes.

Palavras-chave: Áreas protegidas, populações tradicionais, gestão de unidades de conservação, desenvolvimento sustentável, ecoturismo.

ABSTRACT

The mangrove ecosystem is of great ecological importance and is subject to various anthropogenic pressures. The Guapi-mirim Environmental Protection Area (APA) was the first federal conservation unit created to protect mangroves in Brazil, where traditional populations of fishermen and crab collectors live, facing numerous difficulties in terms of professional insertion and economic alternatives. In this context, initiatives aimed at promoting community-based tourism in the APA are being encouraged as an alternative for local employment and income generation, seeking to maintain the gradual recovery of the ecosystem and the participation and inclusion of communities in this protected area. As a way to contribute to tourism, environmental interpretation tools can sensitize the visitor through contact with nature and local culture, leading them to understand the role of protected areas and the social dynamics that permeate the use of these spaces. Therefore, this dissertation aims to prepare a field guide proposal to support the practice of environmental interpretation activities, as well as providing information to visitors on topics related to the local culture and the mangrove ecosystem, thus strengthening the initiatives at APA Guapi-mirim. The research had four stages: 1) themes identification and contents elaboration of the field guide; 2) secondary data survey, analysis and systematization; 3) participation in TBC project activities at APA Guapi-mirim and interlocutors identification; 4) Conducting interviews with managers, drivers and specialists who work directly with tourism in the area and direct observation; As a final result, a roadmap and a content proposal have been developed that can be disseminated through a field guide and / or other communication vehicles used in environmental interpretation activities.

Keywords: Protected areas, traditional populations, conservation units management, sustainable development, ecotourism.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Localização da APA Guapimirim e ESEC Guanabara.

Figura 2: Caiçara e seu depoimento.

Figura 3: Patrimônio Histórico e cultural do Parque da Tijuca.

Figura 4: Agricultores agroecológicos de São Paulo.

Figura 5: Exemplo de descrição do Parque da Tijuca.

Figura 6: Exemplo de descrição da Flora.

Figura 7: Kit interpretativo para condutores da Floresta Nacional do Tapajós.

Figura 8: Placa interpretativa portátil sobre plantas medicinais e conhecimento tradicional.

LISTA DE SIGLAS

APA - Área de Proteção Ambiental
APS - Áreas Protegidas
COMPERJ - Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro
COP - Conferência das Partes
ESEC - Estação Ecológica
FUNATURA - Fundação Pró-natureza
IA - Interpretação Ambiental
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBDF - Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
MMA - Ministério do Meio Ambiente
ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ONG - Organização não governamental
PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPGPDS – Programa de Pós Graduação em Práticas em Desenvolvimento Sustentável
RESEX – Reserva Extrativista
RJ – Rio de Janeiro
SEMA - Secretaria de Estado do Meio Ambiente
SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação
TBC – Turismo de Base Comunitária
TURISOL - Rede Brasileira de Turismo Solidário e Comunitário
UC – Unidade de Conservação
UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

Introdução	1
Capítulo 1- Turismo, áreas protegidas e iniciativas de base comunitária	9
1.1 A categoria “Área de Proteção Ambiental”: avanços e desafios	9
1.2 O Turismo de Base Comunitária em Unidades de Conservação	16
1.3 A importância da interpretação ambiental para a sensibilização e geração de conhecimento sobre conservação da natureza e a cultura local	19
Capítulo 2- Área de estudo: a APA Guapi-mirim	25
2.1 Caracterização da Área de Proteção Ambiental de Guapi-Mirim	25
2.2 Iniciativas para a implementação e fortalecimento do TBC na APA Guapi-mirim	27
Capítulo 3- Construção do Guia de Campo para a Interpretação Ambiental	31
3.1 - Experiências de guias de campo e documentos de apoio à Interpretação Ambiental	31
3.2 - Definição dos temas e conteúdos	36
Capítulo 4- O Guia de Campo	40
4.1 - A elaboração do conteúdo	40
4.2 - O conteúdo	42
Considerações Finais	55
Referências	57
APÊNDICE I – Roteiros de entrevistas	

INTRODUÇÃO

A criação de áreas protegidas tem sido uma das principais estratégias para a conservação da natureza em todo o mundo (CABRAL & SOUZA 2005; DOUROJEANNI & PADUA, 2007; PRATES & SOUZA, 2014; PUREZA *et al.*, 2015).

Dentre os tipos de áreas protegidas existentes, as unidades de conservação (UC), foram instituídas, no Brasil, pela Lei 9.985, de 18 de julho de 2000, conhecida também como Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC). São espaços definidos geograficamente, destinados, regulamentados e administrados para determinados objetivos de conservação da natureza. A conservação da natureza envolve a preservação da biodiversidade, levando-se em consideração aspectos e valores culturais, sociais, econômicos, ecológicos, genéticos, científicos e recreativos, atendendo a sustentabilidade das necessidades de gerações humanas presentes e futuras (BRASIL, 2000).

Um dos modelos de criação de áreas protegidas, difundido principalmente pelos Estados Unidos, caracterizou-se por “ilhas” reservadas para fins científicos e recreativos, em que sociedade e natureza ficavam afastados (DIEGUES, 2008). Segundo Furlan *et al.* (2008), o processo de ocupação humana e políticas conservacionistas se deram sem considerar democraticamente as diferentes concepções de natureza e território, deixando de lado em especial a população local, segmentos com menor poder de influência política e, muitas vezes, não organizados politicamente.

Durante a composição do SNUC foram criados dois grupos de categoria de manejo que atendem a objetivos diferentes, de acordo com a sua utilização e importância dentro do contexto ambiental, quais sejam: unidades de proteção integral e unidades de uso sustentável. As unidades de proteção integral têm como finalidade a preservação da natureza, não sendo permitido o uso direto dos recursos naturais, e as unidades de conservação de uso sustentável, por sua vez, permitem o uso direto dos recursos naturais e a ocupação humana no seu interior, desde que de forma sustentável e dentro dos limites previstos dos recursos ambientais (BRASIL, 2000).

Dessa forma, ao contrário das unidades de proteção integral, onde o uso do solo é restrito e a ocupação por povos tradicionais não é permitida, as unidades de uso sustentável devem compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável

dos recursos naturais (BRASIL, 2000).

Em relação à exploração sustentável, as categorias de manejo de uso sustentável, como a Área de Proteção Ambiental (APA) e Reserva Extrativista (RESEX), consentem atividades junto aos povos tradicionais que possibilitam a subsistência destas e a sobrevivência das espécies de forma integrada.

Para Moraes (2011), a APA envolve uma complexidade a mais do que as outras categorias de UC, pois apresenta grandes desafios para que se consiga atingir seu objetivo legal: o de combinar a conservação da natureza com o uso sustentável dos seus recursos naturais. Essas áreas são constituídas por áreas públicas e/ou privadas e têm como objetivo regular a ocupação das terras e promover a proteção dos recursos “bióticos e abióticos” dentro de seus limites. Desse modo, visa assegurar o bem-estar das populações humanas que nela vivem, ao mesmo tempo em que preservaria as condições ecológicas, a paisagens e os atributos culturais pertinentes (BRASIL, 2000).

No entanto, apesar de as áreas protegidas terem grande importância para a conservação da biodiversidade, além de respaldo jurídico e científico quanto à sua preservação, também enfrentam inúmeros desafios para a sua implementação e gestão. No plano regional e local, mais especificamente junto às comunidades que sobrevivem de atividades extrativistas de subsistência e da comercialização dos recursos naturais obtidos para gerar renda mínima, a falta de políticas e de identificação de impactos ambientais ao longo dos anos têm gerado problemas para essas populações que habitam Unidades de Conservação (PANDEFF, 2009). Dessa forma, a busca por alternativas para a gestão dos recursos naturais e a criação de condições que propiciem a sustentabilidade dessas populações são de vital importância para reduzir a degradação ambiental contínua dessas áreas (RESENDE & CASTOR, 2005).

Esse cenário de conflito e a crescente agenda de participação, engajamento e inclusão social, motivaram algumas mudanças nas diretrizes das políticas públicas de proteção da natureza. Principalmente, nos anos 2000, foram estabelecidos diversos planos políticos, como a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos povos e comunidades tradicionais, que tinha como objetivo uma gestão ambiental de maneira mais articulada e também mais permeável a participação das populações (RAMOS, 2014).

Ademais, como resultado dos acordos e demandas devido à Rio+20, foi iniciado um debate internacional entre os Estados-membros das Nações Unidas referente à construção de objetivos e metas comuns, ampliando-se a experiência dos “Objetivos do Milênio” para os “Objetivos do Desenvolvimento Sustentável” (ODS) (BOTELHO & RODRIGUES, 2016). Foram definidos 17 objetivos, apresentados na “Agenda 2030”, que se referem a um conjunto de programas, ações e diretrizes que orientarão os países-membros rumo à sustentabilidade (PNUD, 2016). Dentre esses objetivos, os que se relacionam com esse trabalho são: erradicação da pobreza extrema, emprego digno e crescimento econômico, luta contra a desigualdade e a injustiça social e combate as mudanças climáticas.

Tratando-se da gestão de Áreas de Proteção Ambiental (APA), torna-se necessário identificar e promover processos sociais que busquem a integração entre saberes locais e a utilização sustentável da biodiversidade, pois como Becker (2006) afirma, à proteção da biodiversidade será maior quanto maior for sua contribuição para o sustento da população que com ela convive. Neste contexto, os gestores da Área de Proteção Ambiental (APA) Guapi-mirim, localizada na região metropolitana do Rio de Janeiro, iniciaram algumas ações e projetos com o objetivo de ampliar as oportunidades de trabalho com o turismo, envolvendo as comunidades tradicionais.

A APA Guapi-mirim é a primeira unidade de conservação (UC) federal criada especificamente para a proteção de manguezais no Brasil e é a última área da Baía de Guanabara a apresentar características cênicas, onde abriga uma rica biodiversidade. O manguezal tem uma grande importância ecológica pois atua na proteção da linha costeira, evitando a ação erosiva das marés e tempestades. Além disso, é essencial para a manutenção de diversas espécies marinhas e estuarinas, agindo como um refúgio, onde os indivíduos encontram abrigo para reprodução, alimentação e desenvolvimento das formas juvenis (AMADOR, 1997).

Os manguezais estão sujeitos a diversas pressões e o desconhecimento de sua potencialidade econômica, que requer uso e gestão em bases sustentáveis, confirmam a necessidade de se ampliar o conhecimento de sua estrutura e funções, garantindo a sobrevivência das comunidades e a manutenção efetiva da biodiversidade.

O processo de ocupação da APA Guapi-mirim se deu por um acentuado número de famílias, ao longo dos anos. Uma importante fonte de subsistência dessas comunidades é a rica e abundante fauna, que além da pesca, provém da cata e

comercialização do caranguejo-uçá (*Ucides cordatus*), base da economia local (PANDEFF, 2009). Sendo assim, a redução da oferta de caranguejos impacta diretamente a renda dessa população, propiciando um aumento significativo no processo de degradação ambiental visto que, para sobreviverem, estas comunidades serão levadas a buscar outros recursos naturais, como a caça e a retirada intensiva de madeira.

Desse modo, o crescimento populacional desordenado, juntamente a extração de recursos naturais sem preocupação com a preservação do meio ambiente devido à falta de uma consciência ecológica, causaram inúmeros problemas dentro da área da UC, onde os povos tradicionais de pescadores e catadores de caranguejo vivem em condições cujos níveis estão abaixo do mínimo aceitável definido pelo IDH (IBGE, 2019).

Dessa forma, visando à melhora dessa situação, se faz necessário criar alternativas locais para a geração de emprego e renda e melhoria da qualidade de vida, através da gestão adequada dos recursos naturais disponíveis, da adoção de modelos de gestão compartilhada e sustentada, buscando manter o processo de recuperação gradual do ecossistema e possibilitar a implantação de políticas mais específicas para o desenvolvimento local, estabelecendo critérios que regulem e fomentem as atividades desenvolvidas.

Nesse contexto, o desenvolvimento de uma proposta de turismo, planejado e liderado pela população local, surge como uma estratégia para promover espaços de diálogo e decisão, mediante agendas de mobilização social e de defesa de políticas públicas que garantam a participação, a inclusão e o engajamento das comunidades em áreas protegidas. O turismo de base comunitária (TBC) é um modelo de gestão da visitação essencialmente ligado à sustentabilidade sociocultural local e à conservação da natureza (MORAES *et al.*, 2013). Nesse modelo, a comunidade local é a protagonista e são promovidos vivências interculturais, qualidade de vida, valorização cultural e da história e a utilização sustentável dos recursos da Unidade de Conservação (ICMBio, 2017).

Na APA Guapimirim, onde os temas relevantes são a importância ecológica do mangue e a dinâmica social e econômica dos pescadores, ferramentas de interpretação ambiental podem contribuir para o TBC. Esses instrumentos visam, por meio da sensibilização do visitante pelo contato com a natureza e com a cultura local, a

construção de uma abordagem crítica entre educação, sociedade e natureza, levando-o a entender a função das áreas protegidas e as dinâmicas sociais que permeiam a utilização desses espaços.

Considerando o contexto apresentado, este trabalho tem como objetivo principal a elaboração de uma proposta de conteúdo para compor um guia de campo que funcione como apoio para as atividades de interpretação ambiental, informando e sensibilizando os visitantes sobre temas relacionados à cultura local e ao ecossistema manguezal. Com isso, pretende-se aprimorar os instrumentos para fortalecer as iniciativas de base comunitária na APA Guapi-mirim. Para tanto, foram definidos os seguintes objetivos específicos:

- Realizar um levantamento de exemplos de cartilhas, guias turísticos, roteiros e guias de campo elaborados com o objetivo de fortalecer a interpretação ambiental e a organização do turismo de base comunitária em áreas protegidas;
- Mapear, junto aos interlocutores locais, os principais temas de interesse para a composição do guia de campo, considerando a interface de duas vertentes principais: biodiversidade (ecossistema manguezal e Baía de Guanabara) e cultura local (dinâmica de pesca, costumes locais e história);
- Elaborar uma proposta de conteúdo do guia de campo, visando contribuir para a atração e interpretação das iniciativas, foco do projeto “Educação Ambiental e TBC na APA Guapi-mirim-RJ”.¹

Procedimentos Metodológicos

Para alcançar os objetivos desta pesquisa foram necessárias 4 etapas:

Etapa 1 – levantamento e análise de referencial teórico

A primeira etapa consistiu no levantamento e análise de referencial bibliográfico sobre os temas abordados na pesquisa: unidades de conservação, turismo de base comunitária e interpretação ambiental. Esse levantamento possibilitou uma maior compreensão sobre desafios das iniciativas de base comunitária e a indicação de temas e abordagens para subsidiar o trabalho de campo.

¹ Projeto de extensão coordenado pela professora Eloise Botelho da UNIRIO em parceria com a professora Camila Rodrigues, da UFRRJ.

O levantamento baseou-se na análise de estudos e artigos científicos, dissertações e teses relativos aos temas de turismo de base comunitária, unidades de conservação, educação ambiental, interpretação ambiental, e também sobre aspectos e estudos relacionados à APA Guapimirim. O material analisado foi obtido por meio de ferramentas de busca como *Google acadêmico* e *Scielo*, e banco de teses e dissertações de programas de pós-graduação.

Um dos pontos de interesse nesse levantamento consistiu em identificar outras experiências de construção participativa de guias e instrumentos de Interpretação ambiental.

Etapa 2 – Levantamentos, análise e sistematização de dados secundários

Para inspirar a elaboração do guia de campo foi realizado um levantamento de exemplos de cartilhas, guias turísticos, roteiros e guias de campo elaborados com o objetivo de fortalecer a interpretação ambiental e a organização do turismo de base comunitária em áreas protegidas. Para isso, foram utilizadas ferramentas de busca da internet e base de dados acadêmicos, com termos de busca, em português, inglês, sobre a temática a ser analisada, por exemplo: guia de campo, roteiro de interpretação, roteiro de visita guiada, guia de interpretação ambiental, cartilha de educação ambiental, educação ambiental no manguezal, cartilha de etnoecologia.

Os resultados dessa análise subsidiaram a indicação de sugestões e orientações sobre formatos de apresentação, exemplos de informações e conteúdos, linguagem, ilustração e abordagem.

Etapa 3 – Participação em atividades do projeto TBC na APA Guapi-Mirim e identificação de interlocutores

Para compreender os temas e as demandas para a interpretação ambiental foram realizadas entrevistas com gestores, condutores e especialistas que atuam diretamente no turismo na área.

A identificação dos interlocutores da pesquisa foi realizada em ocasiões nas quais tive a oportunidade de interagir com a equipe da APA e com os condutores locais. Nos meses de junho e setembro de 2018 participei de dois eventos realizados no âmbito do projeto de extensão “Educação Ambiental e TBC na APA Guapimirim-RJ”

em parceria com o ICMBio, em que moradores locais e gestores da APA estavam presentes e, assim, foi possível realizar um levantamento preliminar de alguns interlocutores que poderiam participar da construção do guia.

Foram identificados como interlocutores gestores do ICMBio, representantes das associações locais e condutores de visitantes da APA envolvidos na dinâmica do turismo local.

A seleção dos condutores para participar da entrevista contou também com a técnica metodológica “Bola de Neve” (*snowball sampling*). Como colocam Baldin e Munhoz (2011), a técnica Bola de Neve é uma forma de amostra não probabilística onde um primeiro indivíduo participante do estudo indica novos participantes que, por sua vez, indicam novos participantes e assim sucessivamente, até que seja alcançado o objetivo proposto. Esta técnica possibilita a identificação de interlocutores-chave, que são indicados várias vezes, confirmando assim a relevância para a entrevista.

A abordagem da pesquisa é qualitativa e buscou compreender o contexto do TBC no local e os temas de interesse dos sujeitos envolvidos que poderiam ser trabalhados nos instrumentos de interpretação ambiental, com foco no guia de campo.

Etapa 4 – Realização de entrevistas – pesquisa de campo

As entrevistas foram conduzidas com apoio de três roteiros semi-estruturados de questões motivadoras, divididos entre os grupos de interlocutores (Apêndice I). Visavam identificar o perfil dos visitantes, os principais temas de interesse e o formato do guia de campo, permitindo que todos os participantes contribuíssem com suas ideias e experiências.

Foram realizadas 13 entrevistas, entre os meses de Fevereiro e Março de 2019, sendo que três com gestores, sete com condutores da APA, dois com integrantes da ONG Guardiões do Mar e um da agência “Guapimirim Tur”. Durante as entrevistas registrou-se com um gravador as falas e os depoimentos dos participantes, posteriormente estas foram transcritas na íntegra. Esse registro foi realizado com o objetivo de identificar conteúdos que pudessem ser utilizados para compor o guia de campo. Os participantes assinaram o “Termo de Consentimento Livre e Esclarecido” com informações sobre os procedimentos da pesquisa e a autorização para utilização dos depoimentos.

Para possibilitar a realização desta pesquisa, foi necessária a obtenção de uma licença através de um registro no Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade (SISBIO).

Como forma de identificar temas de interpretação e visualizar estes aspectos em campo foi organizada, com o apoio do ICMBio, uma visita guiada com dois condutores e três analistas ambientais da APA. A visita teve a duração de duas horas e as informações fornecidas pelos interlocutores de pesquisa foram registradas por meio de um caderno de campo. Além disso, foi realizado um registro fotográfico para ilustrar os elementos de interpretação.

Cumprir destacar que esse projeto não contempla a proposta de formatação gráfica do guia, sendo planejado como produto apenas o seu conteúdo e as sugestões de temas geradores para interpretação.

Como experiência para ilustrar e inspirar a composição do guia de campo, foi identificada uma pesquisa realizada por Egrijas (2014), que resultou na elaboração de uma metodologia de construção de roteiros, denominada “Roteiro Dialogal”, que valoriza a convivência, as relações interpessoais e os encontros significativos como base para o desenvolvimento do turismo.

A “Roteirização Dialogal” compreende um processo de construção de roteiros de visitação que busca criar uma experiência singular para o turista, e favorece a ruptura com os modelos de turismo massificados que afetam o uso saudável e ético e a conservação do sítio. A relevância dessa metodologia consiste na possibilidade de reflexão sobre os valores e relações promovidas na troca ocorrida durante a prática do turismo. Essa abordagem dos aspectos relacionais no turismo enfatiza a compreensão do espaço físico e social, bem como de suas particularidades materiais e imateriais (EGREJAS, 2014).

Outro trabalho utilizado como inspiração foi o de Caldas (2014), que teve como objetivo a criação de um guia destinado a apresentar um roteiro de agroturismo para a região de São Pedro da Serra e seus arredores, distritos de Nova Friburgo e Bom Jardim, no estado do Rio de Janeiro. A pesquisa concentrou-se na dinâmica do desenvolvimento regional, no histórico da localidade pesquisada, e na trajetória histórica das famílias agricultoras da região e das que hoje residem e atuam com base no turismo rural, realizando práticas sustentáveis que beneficiam a conservação ambiental e a segurança alimentar da população local.

CAPÍTULO 1 – TURISMO, ÁREAS PROTEGIDAS E INICIATIVAS DE BASE COMUNITÁRIA

O presente capítulo traz uma breve descrição sobre a dinâmica de uso e ocupação de Unidades de Conservação, com o intuito de apresentar a relevância do turismo de base comunitária para as populações que habitam essas áreas. Em seguida, abordo a temática da interpretação ambiental, com o guia de campo que atua como um instrumento para fortalecer a relação do visitante com a cultura local e a natureza.

1.1- A categoria “Área de Proteção Ambiental”: avanços e desafios

As áreas protegidas foram criadas, ao longo da história, com diferentes focos na conservação da natureza e estes espaços ganharam diversos significados que se baseavam nas variadas concepções de sociedade e natureza que se colocaram em cada período e região, passando pelo significado espiritual, pelo caráter utilitário como reserva de recursos naturais, pelo caráter contemplativo e de recreação, pela separação entre a natureza e o homem e pela integração do homem na conservação da natureza, com base no uso sustentável dos recursos ambientais (TALBOT, 2016).

Independentemente das razões e dos interesses para a sua criação, o estabelecimento de áreas especialmente protegidas atualmente é uma das maiores estratégias para a conservação da biodiversidade e assume um propósito que vai além dessa conservação, um propósito de conservação de outros recursos naturais e culturais relacionados à área e no uso sustentável de recursos.

No Brasil, o modelo de criação de parques teve como inspiração a criação dessas áreas nos Estados Unidos no século XIX, em que os territórios a serem protegidos eram considerados espaços vazios de relações sociais, onde predominavam os valores do conservacionismo. Assim como o modelo norte-americano, a legislação brasileira previa que os povos tradicionais fossem transferidas das áreas protegidas (LEUZINGER, 2007).

Os defensores dessas áreas acreditavam que a única forma de proteger a natureza era afastando-a do homem, criando-se áreas para fins científicos e recreativos (GODOY, 2000), e causando um ocultamento e criminalização das práticas socioeconômicas previamente existentes. Contudo, esse modelo que cria “ilhas de conservação da natureza”, não só esconde o fato de que as populações humanas, há

milhares de anos, vinham manejando tais espaços, como também acaba defendendo, implicitamente, que fora desses espaços a destruição pode se realizar sem contestação (DIEGUES, 2008, p.117).

Aos poucos, vários atores sociais, responsáveis pela criação e manutenção de áreas protegidas, foram compreendendo a importância das comunidades tradicionais para a gestão conjunta de recursos, incluindo a gestão de Unidades de Conservação (UC).

O primeiro planejamento brasileiro do Sistema de Unidades de Conservação - SNUC foi aprovado pelo governo e publicado oficialmente em 1979, pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF). Nessa época, o Brasil possuía 18 Parques Nacionais e oito Reservas Biológicas (Livro SNUC). Nesse plano, propôs-se o estabelecimento de outras categorias de manejo, não previstas nas legislações até então em vigor (Código Florestal, de 1965; e Lei de Proteção à Fauna, de 1967), bem como indicaram-se várias áreas para o estabelecimento de novas Unidades de Conservação.

Naquela ocasião, se fazia necessário instituir uma lei que amparasse o sistema, criando-se novas categorias e estabelecendo-se os objetivos gerais de conservação da natureza, bem como os de cada categoria de manejo, e, principalmente, implementando-se outras Unidades de Conservação. Em julho de 1988, a organização não governamental Fundação Pró-Natureza (FUNATURA), contratada pelo IBDF e a SEMA, executou uma revisão e atualização conceitual do conjunto de categorias de Unidades de Conservação, incluindo a elaboração de um Anteprojeto de Lei, com o intuito de fornecer suporte legal ao sistema (LEUZINGER, 2007).

O resultado do trabalho, “Sistema Nacional de Unidades de Conservação-SNUC, Aspectos Conceituais e Legais”, foi publicado em 1989 pelo IBAMA e FUNATURA, contendo duas versões de Anteprojetos de Lei que resultaram, após uma longa e demorada discussão tanto no Executivo como no Legislativo, que realizou diversas consultas públicas, na Lei nº 9.985, de 19 de julho de 2000 (Lei do SNUC).

A elaboração da Lei do SNUC foi influenciada pelos conceitos e conflitos entre preservacionistas e socioambientalistas, e, sendo assim, possui um olhar multidimensional que contempla tanto UC's mais restritivas quanto aquelas que conciliam a conservação da natureza (LEUZINGER, 2007). Dentre suas diretrizes,

encontram-se algumas com cunho socioambiental, abrangendo o envolvimento da população local na criação, implantação e gestão das UCs, o uso sustentável dos recursos, a proteção dos recursos naturais necessários à subsistência das populações tradicionais, e a garantia, às populações tradicionais, de meios de subsistência alternativos. Assim como também estão presentes algumas de natureza preservacionista, contemplando a preservação de habitats, da biodiversidade e de espécies em extinção, a inclusão de amostras significativas e ecologicamente viáveis das diferentes populações, e a restauração dos ecossistemas.

Dessa forma, para englobar essas diferentes formas de uso e ocupação, foram criadas 12 categorias de manejo, divididas em dois grupos: unidade de proteção integral e unidade de uso sustentável.

As unidades de proteção integral têm como objetivo a preservação da natureza, não sendo permitido o uso direto dos recursos naturais. Nelas deve ocorrer o mínimo de interferência humana, sendo consentida somente por meio do desenvolvimento de atividades de pesquisa científica, educação ambiental e turismo ecológico. Para os ambientalistas seguidores do preservacionismo, essa categoria é a única ou a maneira mais eficiente de preservação da biodiversidade (LEUZINGER, 2007). As categorias de proteção integral são: Parque Nacional, Reserva Biológica, Estação Ecológica, Monumento Natural e Refúgio de Vida Silvestre.

Já as unidades de conservação de uso sustentável permitem o uso direto dos recursos naturais, desde que de forma sustentável e dentro dos limites previstos dos recursos ambientais. Essa categoria pode ser constituída por terras públicas ou privadas, e, no intuito de se promover a conservação da floresta de forma participativa e com base em alternativas de utilização sustentável dos recursos naturais, o SNUC apresenta categorias como Reserva Extrativista e Reserva de Desenvolvimento Sustentável, que incorporam iniciativas tradicionais de base de recursos comuns (BRASIL, 2000).

As categorias desse grupo são: Área de Proteção Ambiental, Área de Relevante Interesse Ecológico, Floresta Nacional, Reserva Extrativista, Reserva de Fauna, Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Reserva Particular do Patrimônio Natural.

Contudo, muitas vezes, os povos tradicionais só são incorporadas aos projetos de conservação com o objetivo de responder a certas demandas internacionais que consideram o envolvimento dessas populações como um fator positivo. Assim, sua

incorporação visa apenas minimizar os conflitos potenciais ou existentes, e, muitas vezes, não oferecem alternativas viáveis à sua subsistência (DIEGUES, 2008). Além disso, quando se condensa a presença dessas populações, o uso tradicional dos recursos naturais é limitado de tal forma que os moradores não têm outra alternativa senão migrar, aumentando o número de moradores de favelas e desempregados das áreas urbanas.

Foi então que, em 2010, no âmbito da 10^a Conferência das Partes –COP, foram estabelecidas as Metas de Aichi. Das 20 metas para reduzir a perda de biodiversidade a serem implementadas até 2020, destaca-se a 11^a, que aborda sobre a necessidade de expansão e de implementação de sistemas de áreas protegidas e indica que as áreas protegidas devem ser “geridas de maneira efetiva e equitativa”.

No contexto da conservação ambiental, a busca por uma gestão equitativa traz a necessidade da participação de todos os atores envolvidos na conservação da área (BENSUNAN, 2014). Ao se considera a equidade, deve haver uma preocupação de que a criação da UC não cause expropriação, repressão de direitos tradicionais e deslocamento forçado dos povos que originalmente habitavam estas áreas em prol da proteção da natureza (WEIGANG *et al.*, 2010).

Niebel *et al.* (2013) afirmam que as áreas protegidas só terão um funcionamento efetivo quando englobarem a participação e o comprometimento das populações locais em sua gestão. Esse entendimento demonstra a nova perspectiva de abordagem na gestão de áreas protegidas que conecta às dinâmicas socioeconômicas regionais, por meio de uma gestão integrada, em que as expectativas são negociadas e as necessidades das comunidades locais atendidas, passando estas a assumir os custos da conservação daquela área (TALBOT, 2016).

O Brasil, por ser um dos países que abriga um dos maiores índices de biodiversidade do mundo bem como uma elevada diversidade sociocultural com diversas matizes de compreensão da relação do homem com a natureza (LITTLE 2002; SANTILLI, 2005; DIEGUES, 2008), naturalmente guarda em seu território um grande potencial para o estabelecimento de áreas protegidas das mais diversas formas de manejo possíveis.

As APA representam um dos principais instrumentos para a conservação no país e uma mudança de paradigma no modelo de criação de áreas protegidas, visto que permitem a ocupação humana e incluem debates dos temas econômicos, sociais e

culturais (BENSUNAN, 2006; SOUZA, 2013).

Criada originalmente pela Lei 6.902, de 27 de abril de 1981, as áreas de proteção ambiental são hoje reguladas pela Lei 9.985/00, o SNUC. Estas unidades possuem o objetivo proteger a diversidade biológica e dos ecossistemas, disciplinar o processo de ocupação e garantir a sustentabilidade na utilização dos recursos naturais (BRASIL, 2000). A APA foi definida como uma área em geral extensa, com certo grau de ocupação humana, composta por atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais importantes para a qualidade de vida e o bem-estar humano (BRASIL, 2000). As APAs podem ser estabelecidas em áreas de domínio público ou privado, pela União, Estados ou municípios, sem a necessidade de desapropriação das terras privadas. No entanto, as atividades e usos desenvolvidos nestas estão sujeitos a regras específicas.

De acordo com o Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (MMA, 2019), no Brasil, a maior parte da superfície coberta por UC é de uso direto correspondendo 67,86% da área de UCs. Atualmente existem 742 UCs de proteção integral, abrangendo 662.176 km² e 2309 de uso sustentável que cobrem outros 2.546.796km².

De todas as categorias de uso direto, a APA, é a que tem sido dominante na expansão das UCs brasileiras. Portanto, esta é a categoria mais representativa no território brasileiro, a qual constitui cerca de 51% das áreas cobertas por UCs no país (MMA, 2019). Em números, são 346 APA, em diversas esferas (federal, estadual e municipal), que somam 1.296.318 km².

Em comparação com outras categorias, a APA apresenta uma série de flexibilidades relacionadas à sua gestão e ao seu uso:

- A pesquisa científica e a visitação pública nas áreas sob domínio público serão estabelecidas pelo órgão gestor da unidade. Nas áreas de propriedade privada, o proprietário tem o direito de regular estes usos (BRASIL, 2002);
- O conselho tem funções indeterminadas, podendo ser consultivos ou deliberativos; Juntamente com as Florestas Nacionais, as Reservas Extrativistas e as Reservas de Desenvolvimento Sustentável, o SNUC abre exceções para a presença de animais e plantas exóticos;
- Tal como as RPPNs, nas APAs não é necessária autorização para realizar a exploração comercial de produtos, subprodutos, serviços obtidos ou desenvolvidos a partir dos recursos naturais biológicos, cênicos, culturais ou da exploração de imagem

da UC;

- Exige-se o licenciamento de empreendimento de significativo impacto ambiental dentro da UC ou de impacto direto nela;
- Não se exigem zonas de amortecimento;
- Tal como para as RPPNs, não se exige o licenciamento de empreendimento de significativo impacto ambiental por meio de Estudo de Impacto Ambiental e respectivo Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA), localizados numa faixa de três mil metros a partir do limite da UC;
- As UCs de proteção integral são as únicas beneficiárias diretas dos recursos provenientes de compensação ambiental de empreendimentos de significativo impacto ambiental. Quando uma unidade de Uso Sustentável é diretamente afetada, os recursos podem somente custear atividades do plano de manejo, de educação ambiental e de pesquisas científicas que visem ao manejo da área. No entanto, não são as únicas beneficiárias, dividindo os recursos com outras unidades.

As APAs vem sofrendo inúmeras críticas, visto que para alguns não deveriam compor o sistema de unidades de conservação, mas sim formas de regular o uso do solo. Decorre que as APAs, como categoria do SNUC, estão cercadas por uma série de questionamentos, derivados, principalmente, dos seus objetivos e da sua eficiência na conservação da biodiversidade, sendo que o principal deles é a própria permissão de uso direto dentro da UC. Esses argumentos estão baseados em sua baixa efetividade, pois elas tem sido criadas em locais antropizados e por conseguinte, degradados, sem que haja um zoneamento que permita a proteção de parcelas dos ecossistemas (LEUZINGER, 2007).

Contudo, a baixa efetividade de algumas áreas de proteção ambiental não significa que sejam desnecessárias, pois se fossem elaborados planos de manejo adequados e elas passassem por efetiva fiscalização, seriam espaços ambientais úteis à proteção do meio ambiente, com baixíssimo custo para o Estado (LEUZINGER, 2007).

De acordo com o Ministério do Meio Ambiente (MMA, 2010), visto que as APAS são constituídas por terras públicas e privadas, onde diversos usos são permitidos, sua efetividade, no que se refere à proteção da diversidade biológica e à regulação do processo de ocupação, depende da qualidade da gestão realizada e da implementação de um plano de manejo aprovado, com um zoneamento adequado aos

usos existentes, para assim assegurar a sustentabilidade de uso dos recursos naturais (PRESTES, 2016).

Do mesmo modo, a eficácia da gestão dessas áreas está sujeita a uma maior compreensão do contexto social no qual estão inseridas (PRESTES, 2016). Devido à grande extensão dessas unidades se faz necessário conselhos de gestão representativos de todos os municípios englobados, como também representantes dos diferentes tipos de usos presentes em seu interior, para estabelecer de forma negociada compromissos com a conservação (MMA, 2010). A UICN defende que a diversidade de manejo desse conjunto de áreas é desejável e deve ser encorajada por refletir a diversidade de formas de conservar a natureza encontrada nas diferentes comunidades e culturas ao redor do mundo (DUDLEY, 2008).

Dentre as críticas relacionadas às APAs, inclui-se a o demasiado crescimento do número e da área de UCs de uso direto, o que pode criar uma falsa sensação de que o território está ambientalmente protegido, pois criá-las apenas no papel, com o objetivo de aumentar as estatísticas de volume de áreas protegidas no país, não atende às necessidades de conservação (LEUZINGER, 2007).

Sendo assim, o processo de criação de áreas protegidas deve ser compreendido como um artefato cultural pertencente a um contexto histórico, logo não é suficiente apenas compreender o ambiente biofísico, mas sim o microcosmos que ela representa, incluindo os projetos, os processos de luta e a construção política, que não são oriundos de valores fixos e atemporais de conservação da natureza.

A criação de uma área protegida não anula os usos precedentes, mas constrói, muitas vezes de forma conflituosa, novas formas de apropriação do território (BARRETO FILHO, 2001). Sendo assim, é necessário identificar e promover processos sociais que reconheçam e valorizem as iniciativas de base comunitária, e que busquem a integração entre saberes locais e utilização sustentável da biodiversidade.

Nesse contexto, o desenvolvimento de uma proposta de turismo de base comunitária, ligado à sustentabilidade sociocultural local e à conservação da natureza, planejado e liderado pela população local, surge como uma estratégia para promover espaços de diálogo e decisão, que garantam a participação e a inclusão das comunidades em áreas protegidas.

1.2- O Turismo de Base Comunitária em Unidades de Conservação

A proibição de permanência de povos tradicionais no interior de UC de proteção integral, as impede de prosseguir com seu modo de vida e sua estreita relação com a natureza, uma vez que seu habitat tornara-se uma área protegida. Fernandez *et al.* (2015), salientam o depoimento de um morador do Parque Estadual da Pedra Branca, no Rio de Janeiro: “não foi a gente que entrou no parque, mas o parque que entrou na gente” (p. 9 , 2015), revelando o processo de inversão em que habitantes, anteriores à criação da área protegida, passaram a ser tratados como “invasores”, e seus saberes locais desconsiderados.

Assim sendo, para readquirir o direito de permanência no território, é necessário que essas populações sejam formalmente reconhecidas como povos tradicionais (FERNANDEZ *et al.*, 2015). Não obstante, a pesquisa científica e o turismo tornam “nativa” a presença de caminhantes, excursionistas e pesquisadores, pois esses são vistos como os portadores de uma “consciência ambiental”, e constroem espaços de lazer e centros de visitação em locais que os povos tradicionais são impedidos de permanecer, devido ao impacto atribuído à sua presença (FERNANDEZ, 2011). Essa visão do Estado favorece as populações urbano-industriais, visto que os povos tradicionais deveriam “sacrificar-se” para que aquelas usufríssem de espaços naturais, de lazer e contato com a natureza, assim como de proteção à biodiversidade (DIEGUES, 2008).

Com o propósito de fortalecer o protagonismo local no desenvolvimento de alternativas econômicas, como o turismo, surgem formas de organização da atividades, caracterizadas como de base comunitária. O Turismo de Base Comunitária (TBC) surge como uma estratégia que busca fortalecer espaços de diálogo e de decisão, por meio de agendas de mobilização social e de defesa de políticas públicas que garantam a participação, a inclusão e o engajamento dos povos tradicionais (FABRINO, 2013).

Segundo a Rede de Turismo Solidário e Comunitário (TURISOL), o TBC envolve um conjunto de práticas que prioriza o modo de vida da população local e incentiva a gestão do território, de forma coletiva, por essas pessoas.

O TBC é um segmento de turismo que busca promover experiências que gerem conhecimento sobre os modos de vida da população local (MORAES *et al.*, 2013),

através de uma relação de diálogo entre os visitantes e visitados, onde o espaço disponibilizado para encontro e convivência não é construído apenas para o turismo, mas também a fim de que o visitante se integre a uma paisagem social pré-existente que independe de sua presença (FABRINO, 2018).

Na prática, no planejamento dessa forma de organização do turismo, os anfitriões, que são moradores da localidade visitada, estabelecem os serviços que serão oferecidos, e são os responsáveis pelo processo de organização e operação bem como pela elaboração do projeto, de maneira colaborativa, desde sua concepção até a implementação (BOTELHO, RODRIGUES, 2016). A relação entre visitantes e populações locais no TBC ocorre, de maneira geral, mediante hospedagem domiciliar ou em pousadas que são localmente geridas, que oferecem alimentação composta por pratos da culinária regional e produção familiar, e também por meio de atividades variadas na localidade visitada (MORAES, IRVING, 2018).

De acordo com Moraes e Irving (2018), o TBC só pode ser assim caracterizado se as populações locais forem os protagonistas dos projetos de turismo. Irving (2009) descreve o TBC como “aquele tipo de turismo que, em tese, favorece a coesão, o laço social e o sentido coletivo de vida em sociedade, e que, por essa via, promove a qualidade de vida, o sentido de inclusão, a valorização da cultura local e o sentimento de pertencimento” (IRVING, 2009, p.111).

As iniciativas de TBC no Brasil surgem em lugares de grande riqueza ecossistêmica e beleza paisagística, vistos pelo empresariado como mercadoria potencial para o desenvolvimento do turismo (MENDONÇA, MORAES, 2013). Por estarem localizadas em regiões rurais, algumas iniciativas oferecem, além do convívio com os moradores da comunidade, a oportunidade de desfrutar do ambiente onde vivem.

Diferentemente dos mega-projetos turísticos, que são responsáveis por grandes crimes contra o meio ambiente, o impacto ambiental do TBC é controlado mais facilmente, por se tratarem de empreendimentos de pequena escala e enraizados em contextos locais (BURSZTYN, 2018). Nessas iniciativas, os moradores são aliados importantes na conservação dos recursos naturais, pois eles próprios se encarregam de fiscalizar e monitorar os possíveis impactos resultantes do aumento do fluxo de visitantes. Sendo assim, se torna necessário capacitar as populações locais no

monitoramento das áreas de maior interesse ecológico, em parceria com o poder público, para tornar essas ações legítimas e efetivas (BURSZTYN, 2018).

Uma característica importante das iniciativas de TBC é a relação direta com a área protegida, pois muitas se encontram no interior ou no entorno de Unidades de Conservação. Embora as comunidades presentes nessas áreas precisem se adequar às normas específicas que regem os territórios, a relação com as UCs não é vista apenas como um limitante de suas atividades econômicas, uma vez que, o processo de criação de áreas protegidas atua como uma forma de garantir seus modos de vida e a permanência dessas populações em seus territórios. Nesses casos, é comum que algumas atividades econômicas de base extrativista sejam controladas ou, até mesmo, proibidas.

O TBC surge, então, como uma alternativa econômica para essas populações (IRVING, 2006), pois permite que os moradores se insiram no planejamento, execução e gestão das atividades, e conseguindo gerar emprego e renda complementar pelo fluxo de visitantes. Embora não seja a única e nem a principal fonte de renda, tem servido de apoio aos povos tradicionais, visto que favorece a manutenção do seu modo de vida, novos vínculos sociais, econômicos, culturais, e, conseqüentemente, a conservação ambiental (SANSOLO, BURSZTYN, 2009).

O TBC pode ser entendido como uma possibilidade à redução das desigualdades sociais por meio da inclusão econômica e social de populações de regiões periféricas, e, também, pela valorização dos modos de vida de populações tradicionais. Ele representa uma outra forma de organização do turismo, baseada na sustentabilidade e comprometida com a justiça social (MORAES, IRVING, 2018).

Os empreendimentos turísticos de base comunitária têm como objetivo a construção de uma economia com princípios associativos e igualitários (SINGER, 2009), onde práticas como o associativismo e o cooperativismo são disseminadas, e na qual a população envolvida é sujeito ativo da produção dos serviços e bens ofertados aos visitantes. No que se refere ao processo de planejamento e gestão dessas iniciativas, as experiências turísticas de base comunitária diferem-se pelo alto nível de participação dos atores locais nas decisões coletivas e na articulação comunitária, visando encontrar soluções para os problemas comuns (IRVING, 2004).

Dessa forma, populações que até então eram pressionadas pelos avanços da sociedade moderna e marginalizadas pelo incentivo a mega-projetos turísticos, os

quais possuem interesses que negligenciam o contexto de necessidades básicas sociais locais e de vulnerabilidade ambiental (MENDONÇA, MORAES, 2012), vêm na auto-organização e na abertura para um turismo mais responsável uma oportunidade de exercício de cidadania e afirmação de sua identidade cultural.

Assim, o TBC se insere nas discussões de trabalhos científicos e de políticas públicas como possibilidade de uma nova relação turismo-natureza-comunidade local, em que práticas de valorização de elementos culturais locais e de proteção dos recursos naturais, permitem a geração de benefícios diretos e indiretos aos atores sociais locais envolvidos no processo

Uma forma que tem se mostrado importante para a aproximação e melhoria das relações entre os atores do turismo é a interpretação ambiental, uma ferramenta que auxilia na construção de um olhar crítico, por parte dos visitantes, pois age estimulando questões sobre as questões ambientais, a importância das áreas protegidas e a participação das suas comunidades.

1.3- A importância da interpretação ambiental para a sensibilização e geração de conhecimento sobre conservação da natureza e a cultura local

A visitação em UC pode funcionar como uma forma de incrementar o apoio para a conservação da natureza, a sustentabilidade ecológica e o respeito à diversidade socio-cultural e conhecimentos tradicionais, mediante o desenvolvimento do turismo de maneira harmônica e sustentável (MMA, 2006). Para isso, o processo de planejamento da visitação dessas áreas deve incluir programas de sensibilização sobre as questões ambientais, estimulando não apenas o entretenimento mas também adicionando um caráter educativo nas atividades de ecoturismo (OLIVEIRA, MELO, 2009). Dentre as atividades de vivência que são incentivadas em UC que promovem a interação entre sociedade e natureza, destacam-se a educação e interpretação ambiental.

Além dos pressupostos voltados para a preservação e conservação de ecossistemas e sua biodiversidade, o SNUC incentiva, por exemplo, como exposto em seu artigo 4º, inciso XII, “favorecer condições e promover a educação e interpretação ambiental” em espaços de áreas protegidas onde essas atividades são permitidas. Ademais, dentre suas diretrizes, aponta a importância de se garantir a participação das

populações locais na criação, implantação e gestão das Unidades de Conservação, conforme disposto no art. 5º, inciso III (BRASIL, 2000).

Segundo a Política Nacional de Educação Ambiental, Lei nº 9.795/1999, Art 1º, “Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.” Esta é uma ferramenta voltada para o amadurecimento, crescimento e fortalecimento do saber, da ação, da reflexão, auxiliando na construção de um caminho de transformação social, já que é parte do processo de compreensão da realidade (XIMENES, 2015).

A interpretação ambiental é um instrumento da Educação Ambiental Crítica, que se baseia em dois princípios: tudo pode e deve ser questionado, negado, afirmado e superado; e as relações sociais são historicamente produzidas de forma assimétrica, são mutáveis, e podem ser transformadas de forma consciente pelos agentes sociais (LOUREIRO, 2012).

A partir desses conceitos, a educação ambiental em áreas protegidas auxilia na construção de um olhar crítico, por parte dos visitantes, por meio da participação social e ações transformadoras, pois age estimulando questões sobre a importância dessas áreas e da participação das suas comunidades.

A interpretação ambiental (IA) pode representar uma importante ferramenta educativa, com potencial no uso público dessas áreas, fundamentada nas premissas da educação ambiental crítica.

Um dos conceitos de interpretação ambiental difundido na gestão de UC está intimamente ligado com a história da visitação nos parques americanos. Alguns desses Parques, no final do século passado, já estavam legalmente protegidos e contavam com a colaboração de naturalistas, que por serem conhecedores dos aspectos naturais do local, acompanhavam grupos de pessoas por trilhas, descrevendo o ambiente e fazendo com que elas se interessassem pela questão ambiental (CAMPOS, 2006; OLIVEIRA, MELO, 2009).

Durante muito tempo, a interpretação ambiental foi desenvolvida sem uma sistematização. Tilden foi o primeiro a estabelecer suas bases conceituais e filosóficas, em 1957, e a definiu como uma atividade educacional, que se propõe revelar significados e relações por meio de experiências práticas e meios

interpretativos, ao invés de simplesmente comunicar a informação literal (TILDEN, 1957).

Muitos outros autores e organizações criaram sua própria definição para a atividade de interpretação, visando adequá-la à sua prática ou à filosofia institucional. O documento “Diretrizes para Visitação em Unidades de Conservação” conceitua a interpretação ambiental como uma forma de representação dos processos naturais e da relação entre o homem e a natureza, de maneira a que os visitantes consigam compreender e valorizar o ambiente e a cultura local (MMA, 2006). O foco da interpretação ambiental concentra-se na experiência do visitante, facilitando a conexão das pessoas com seus ambientes, a fim de que a visita seja marcante (GEERDINK e NEIMAN, 2010), induzindo o indivíduo a reflexões sobre o seu papel na sociedade e à capacidade de utilizar os aprendizados para agir em situações do cotidiano.

A interpretação ambiental facilita o conhecimento e a apreciação da natureza, pois é um método de comunicação que traduz a linguagem técnica de uma ciência natural para a linguagem comum dos visitantes (HAM, 1992), possibilitando informação em vez da distração e educação além do divertimento (VASCONCELOS, 2003). Neste sentido, a interpretação é reconhecida como mais um recurso para o desenvolvimento dos programas de educação ambiental nas áreas protegidas, onde o propósito principal é aproximar os visitantes das questões ambientais.

Para Geerdink e Neiman (2010), a sensibilização pelo contato com a natureza permite que ele desenvolva uma maior reflexão sobre o sentido de sua própria existência, como também da sua relação com o mundo, através do aguçamento de suas percepções. Com isso, tal sensibilização, a partir das reflexões que desperta, pode ser um meio para a geração de processos participativos que proponham intervenção na realidade. As atividades planejadas para fortalecer a relação da sociedade com a natureza podem ocasionar transformações em paradigmas sociais, fazendo com que estes avaliem a ordem econômica, política e cultural, indispensável para transformação (NEIMAN, 2007).

Segundo Ximenes (2015), a sensibilização transcende o enfoque intelectual da prática educativa por meio do contato com a natureza e, dessa forma, busca atingir as dimensões emocionais e espirituais das pessoas. Assim, a interpretação ambiental

pode ser amplamente trabalhada, considerando todo o processo de comunicação e aproximação entre a Unidade de Conservação e a sociedade.

As atividades de interpretação ambiental podem ser instrumentos que conduzem o visitante a uma reflexão mais aprofundada sobre o contexto de criação de uma Unidade de Conservação, pois buscam impulsionar o movimento de percepção do mundo natural do qual ele faz parte, conduzindo-o a entender as razões pelas quais os parques nacionais são criados, e provocando nele o interesse pela natureza e os aspectos socioculturais envolvidos (BOTELHO *et al.*, 2015).

Além disso, essa atividade pode também promover reflexões referentes à relação entre as áreas protegidas e os problemas sociais a elas associados (LOUREIRO, 2012). Sendo assim, o papel de responsabilidade dos guias e condutores de visitantes não seria apenas de um intérprete passivo da dinâmica natural e cultural, mas sim de um agente engajado, que será encarregado de motivar a reflexão. Da mesma forma, os visitantes não seriam tão-somente atores passivos do processo, mas atuariam como sujeitos políticos no seu ambiente de origem (BOTELHO *et al.*, 2015).

A partir dessa perspectiva, a interpretação ambiental pode ser considerada como uma importante ferramenta, utilizada para a veiculação de conhecimentos e informações referentes aos aspectos ecológicos do ambiente visitado, em que o comportamento individual “ecologicamente correto” é incentivado, sendo também uma via importante para a minimização dos impactos socioambientais.

Para que as experiências de visitação possam contribuir para transformar o sentido ético e político de relações entre sociedade e natureza, faz-se necessário ampliar e enriquecer constantemente as experiências, por meio de discussões e práticas que tragam ao conhecimento dos participantes, de forma crítica, os marcos teóricos e políticos que cercam a construção histórica dessas relações.

Portanto, a interpretação ambiental objetiva a conservação dos recursos naturais, e procura aumentar a satisfação dos visitantes, servindo como uma ferramenta de manejo. Pretende sensibilizá-los para que vejam, explorem, observem, analisem, compreendam e sintam o patrimônio natural que estão visitando (MOREIRA, 2014).

No Brasil, a interpretação surge no Regulamento de Parques Nacionais, em 1979, sendo posteriormente incluída como um dos objetivos do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). Somente em 2006, porém, o Ministério do Meio Ambiente estabeleceu uma definição nacional para interpretação ambiental.

Contudo, o fortalecimento da interpretação ambiental no ICMBio teve início em 2012, por meio de parceria com o Serviço Florestal dos Estados Unidos. A Instrução Normativa (IN) nº 07/2017 estabelece a metodologia de elaboração de planos de manejo das unidades de conservação federais e destaca a interpretação ambiental de forma inédita em relação aos roteiros de planejamento anteriores (ICMBio, 2018). Com a finalidade de alinhar as ações institucionais à proposta de planejamento, foi elaborado um produto com as diretrizes para implementação da interpretação ambiental no ICMBio, complementares às diretrizes estabelecidas pelo MMA.

A interpretação ambiental é vista pelos gestores do ICMBio como uma eficaz ferramenta de manejo de UC que ajuda, de maneira direta, na redução dos impactos ambientais negativos e na potencialização dos impactos sociais positivos e, de forma indireta, no aumento dos impactos econômicos positivos decorrentes da atividade de visitação (ICMBio, 2018).

O processo de construção participativa de planos e produtos interpretativos para os visitantes tem se mostrado importante para aproximação e melhoria das relações entre a gestão de unidades e os atores locais, em especial os moradores, instituições parceiras e profissionais ligados à atividade turística (ICMBio, 2018). Assim, como resultado do acúmulo das experiências institucionais e, principalmente, buscando um alinhamento às estratégias de abordagem da ferramenta, o ICMBio estabelece as seguintes diretrizes:

1. Desenvolver ações de interpretação ambiental nas unidades de conservação federais e centros nacionais de pesquisa e conservação de acordo com os conceitos, métodos e roteiros adotados pela Coordenação Geral de Uso Público e Negócios - CGEUP.
2. Elaborar produtos interpretativos com o objetivo de contribuir para a divulgação dos objetivos das unidades de conservação e centros nacionais de pesquisa, buscando o apoio da sociedade.
3. Conceber planos e produtos interpretativos baseados em informações técnico-científicas e socioculturais, que não só forneçam dados mas que transmitam mensagens que estejam conectadas com as experiências individuais e provoquem emoções e reações no público.
4. Planejar as ações de interpretação ambiental de acordo com cada público que se pretende alcançar, utilizando técnicas diversificadas.

5. Utilizar os planos e produtos interpretativos, sempre que possível, para orientar e qualificar as oportunidades recreativas oferecidas pelas unidades e os serviços de apoio à visitação prestados por terceiros.
6. Monitorar as ações de interpretação ambiental com o objetivo de aprimorá-las, avaliar seu impacto e o atendimento dos objetivos para os quais foram desenvolvidas.

No caso deste trabalho, o instrumento de interpretação é um guia de campo que pode funcionar como elemento de conexão, inspirado na educação ambiental, com o processo de desenvolvimento do turismo a partir do olhar dos atores sociais: visitantes, moradores da área protegida e outros interlocutores diretamente envolvidos com a gestão da Unidade de Conservação.

O guia de campo é um instrumento de interpretação não pessoal, ou seja, ele permite que a mensagem seja comunicada sem que seja necessária a presença de alguém para transmiti-la ao visitante (MAYER *et al*, 2019). Essa forma de interpretação tende a permitir o alcance de mais pessoas, reforçando as mensagens interpretativas e comunicando a mensagem em outros idiomas, sendo assim, um complemento e auxílio ao trabalho do condutor, permitindo que os visitantes obtenham maiores oportunidades de aprendizado, apreciação e aproveitamento do recurso (MAYER *et al*, 2019).

Concluindo, a partir da perspectiva aqui apresentada, fica evidente a importância das Unidades de Conservação (UC), que vai muito além da preservação de recursos naturais e ecossistemas, como espaços ricos em relações socioambientais, que foram historicamente estabelecidos e que envolvem diversos conflitos. Dessa forma, processos educativos são essenciais para fortalecer as interações entre sociedade e natureza, bem como a participação cidadã para intervenções transformadoras.

CAPÍTULO 2 – ÁREA DE ESTUDO: A APA GUAPI-MIRIM

Neste capítulo, abordo temas relacionados à APA Guapi-mirim em que discorro sobre sua criação, localização, a importância do manguezal e sobre as iniciativas de base comunitária dessa área protegida.

2.1- Caracterização da APA Guapi-mirim

As áreas naturais protegidas possuem a finalidade de valorizar o que de mais representativo existe naquele local. Então administrada pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (IBAMA) no momento de sua criação pelo Decreto Federal nº 90.225, de 25 de setembro de 1984, a Área de Proteção Ambiental (APA) de Guapi-mirim é a primeira Unidade de Conservação (UC) federal criada especificamente para a proteção de manguezais no Brasil, e mantém o maior remanescente bem conservado da Baía de Guanabara (RJ). A criação da APA é fruto de uma articulação entre os setores acadêmico e social, que desencadeou um movimento político favorável a este objetivo.

A proteção dessa área é reforçada pela Estação Ecológica (ESEC) da Guanabara, que possui cerca de 20 Km² e se localiza na porção central da APA (Figura 1). Criada em 2006, essa área possui gestão compartilhada com a APA, que atualmente é conduzida pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

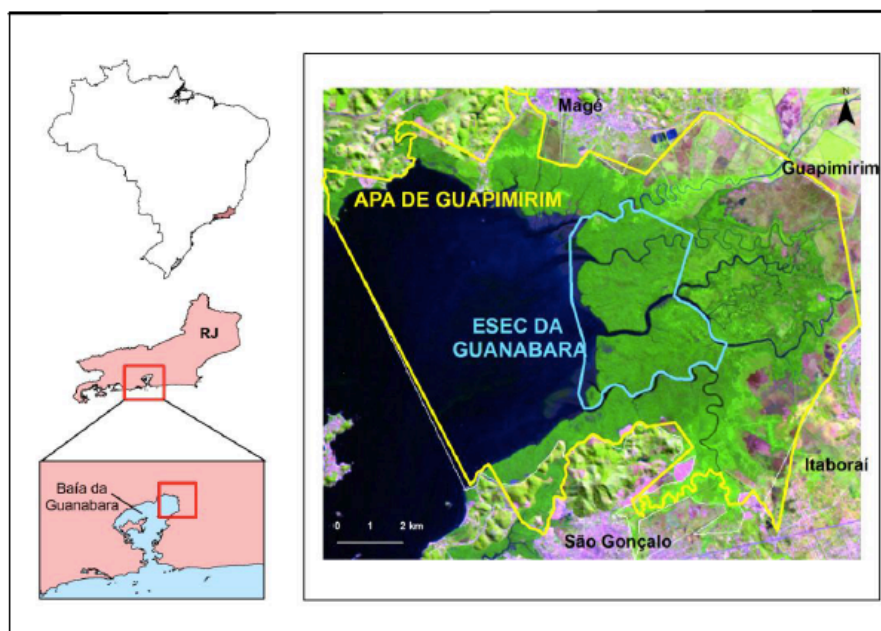


Figura 1: Localização da APA Guapi-mirim e ESEC Guanabara. Fonte: Fukuda *et al.*, 2013.

A UC está localizada na região metropolitana do Rio de Janeiro, a menos de 60 quilômetros de outras atrações naturais como os parques nacionais da Tijuca e Serra dos Órgãos, e a cerca de 40 quilômetros do aeroporto internacional. É formada por 140 Km², dos quais 8 mil correspondem a área de maguezais, ou seja, mais da metade de sua área total, e ocupam a faixa costeira de quatro municípios: São Gonçalo, Itaboraí, Guapimirim e Magé (IBAMA, 2004).

O manguezal tem uma grande importância ecológica pois atua na proteção da linha de costa, evitando a ação erosiva das marés e tempestades. Além disso, é essencial para a manutenção de diversas espécies, agindo como um filtro que detém sedimentos e matéria orgânica em decomposição. Com o aglutinamento desses nas proximidades da foz do rio, é formado uma espécie de lodo, que abriga espécies de crustáceos, moluscos e animais unicelulares. Além disso, a decomposição desses materiais serve de alimento para várias espécies marinhas, que procuram os mangues para se reproduzir exatamente pela quantidade de alimento (IBAMA, 2004)

Manguezais são ecossistemas costeiros que ocorrem na transição entre os ambientes terrestre e marinho e sofrem influência direta do regime das marés. São constituídos por espécies vegetais lenhosas típicas, além de micro e macroalgas, adaptadas à grande amplitude de salinidade. Ainda que sua diversidade de espécies seja relativamente baixa, os bosques de mangue possuem uma alta biodiversidade funcional, que os torna aptos a ocupar áreas diversas, onde grande parte das espécies vegetais não podem ocupar (COELHO, 2011)

É a última área da Baía de Guanabara a apresentar características cênicas e abriga uma rica biodiversidade, onde se destacada a presença de caranguejos, peixes e aves, que somam 172 espécies já registradas, incluindo espécies ameaçadas de extinção como a marreca-caneleira (*Dendrocygna bicolor*), a biguatinga (*Anhinga anhinga*) e o jacaré-do-papo-amarelo (*Caiman latirostris*) (IBAMA, 2004).

Essa região, onde a UC está inserida, vem sofrendo pressões antrópicas nos últimos 80 anos, que incluem obras para a construção de diques, drenos, e retificação e transposição de rios, e onde também se encontram várias atividades poluidoras, como indústrias químicas, de papel/celulose, de processamento de resíduos industriais e aterros de lixo (COELHO, 2011).

Ademais, apesar do alto curso dos rios que drenam para a APA se situarem majoritariamente em áreas bem conservadas da serra do Mar, em seu médio curso os mesmos sofreram uma série de obras o que gera uma poluição que vêm à montante dos rios. Não pode deixar de ser ressaltada a poluição que vêm da própria baía, por dispersão marinha. Neste quesito, destacam-se o pólo petroquímico de Caxias, as indústrias de processamento de pescado de São Gonçalo, e a grande carga de poluição orgânica oriunda de esgoto não tratado, vinda das aglomerações urbanas do entorno.

Além de conservação dos manguezais, a área de abrangência da APA garante a permanência e sobrevivência de povos tradicionais que mantêm uma relação estreita com o ambiente, vivendo de seus recursos naturais (COELHO, 2011). Essa população é composta por grupos familiares numerosos, com baixa escolaridade e renda média abaixo de um salário mínimo. As comunidades se encontram em condições de vulnerabilidade, pois mantêm sua subsistência por meio da cata do caranguejo e a pesca. A pressão por esses recursos tem aumentado devido ao crescente processo de escassez, além da diminuição da área liberada para pesca na Baía da Guanabara, devido ao seu intenso uso para fundeio de navios (COELHO, 2011)

2.2- Iniciativas para a implementação e fortalecimento do TBC na APA Guapimirim

A APA Guapi-Mirim possui potencial para desenvolver turismo de base comunitária devido à beleza cênica, à rica biodiversidade e a cultura local, que atrai turistas para passeios de barco, trilhas e caminhadas. Ademais, no interior da APA Guapimirim, destacam-se os sambaquis situados na proximidade da Baía de Guanabara.

Entretanto, alguns esforços ainda se fazem necessários para a consolidação e divulgação dessas atividades. Devido ao crescente índice de desemprego, problemas sociais e ambientais e o potencial para o desenvolvimento do turismo de base comunitária na região, o conselho gestor das UC tem buscado formas de apoiar as comunidades tradicionais da região através da criação de oportunidades de trabalho com o turismo.

Desta forma, com o objetivo de promover o TBC na área, inúmeras iniciativas foram desenvolvidas, sobretudo com a participação e coordenação do ICMBio

Para tanto, foram criados as seguintes iniciativas de fortalecimento do TBC:

- 2008- Foi iniciado um projeto com o apoio do OSCIP Innatus, com financiamento dos Projetos Demonstrativos da Mata Atlântica (PDA), do Ministério do Meio Ambiente, que incluía estudos para um circuito de ecoturismo e capacitações visando a geração de renda local. Ao final do projeto foi formada a Cooperativa Manguezal Fluminense.
- 2012- Publicação da portaria número 27 ICMBio, que ordena o turismo aquático na APA de Guapi-Mirim.
- 2015- Realização do curso de marinheiro-auxiliar-de-convés, da Capitania dos Portos, para os condutores de embarcação.
- 2018- a APA foi contemplada pelo edital do ICMBio para “Fortalecimento de iniciativas de turismo de base comunitária”.

Dentre os trabalhos realizados na APA, entre março de 2006 e maio de 2009, foi implementado um projeto que resultou na formação da Cooperativa Manguezal Fluminense. Durante as ações do projeto PDA Mata Atlântica, fomentado pelo Ministério do Meio Ambiente, famílias de pescadores dos arredores da APA foram convidados a participar de cursos de Viveirismo, Artesanato e Condutor de Ecoturismo. O foco desse projeto era a promoção do uso sustentável dos recursos naturais, educação ambiental e turismo ecológico.

Ao término das ações, surgiu então a ideia da criação de um empreendimento solidário. A formação da Cooperativa Manguezal Fluminense pautou-se em três fases: mobilização comunitária, cursos de capacitação em Turismo de base comunitária e reflorestamento e discussão sobre o modelo de organização.

A cooperativa atua, principalmente, realizando condução embarcada de visitantes e recuperação de áreas de manguezal desmatadas. Entre 2008 e 2012 a Cooperativa sobreviveu com trabalhos de condução de visitantes, sendo crucial com o apoio da gestão ICMBio na APA de Guapi-mirim e ESEC da Guanabara. A partir de 2012, conseguiram atuar de forma independente na área de restauração de manguezal, devido à uma compensação ambiental. No mesmo ano, a cooperativa foi selecionada para realizar seu primeiro projeto junto à SOS Mata Atlântica. O “Projeto de restauração ecológica de área na foz do Rio Guapimirim”, teve como objetivo a recuperação de áreas degradadas, que antes eram alvos de atividades irregulares. O

projeto beneficiado plantou aproximadamente 3.630 mudas de mangue, das três espécies encontradas na região da Área de Proteção Ambiental (APA) Guapi-mirim, para recuperar uma área de 5.450 m².

Ainda em 2012, foi publicada a portaria 27, do ICMBio, que ordena o turismo aquático na APA de Guapimirim, inclusive com o credenciamento de condutores de visitantes na região.

Em 2013, a cooperativa passou a atuar em parceria com o Projeto Uçá² em ações de restauração, em que já foram recuperados 40 hectares de manguezal, cerca de um terço da área total já restaurada na APA Guapi-mirim e na ESEC Guanabara. Aparentemente, o território recuperado é relativamente pequeno frente ao total de 6 mil hectares de manguezal nas duas UCs, mas é considerado pelos gestores como uma referência no que tange à integração da população tradicional na gestão e conservação ambiental.

Através do apoio logístico e financeiro da ONG Guardiões do Mar³, em 2015, os condutores de embarcação realizaram o curso de marinheiro-auxiliar-de-convés, da Capitania dos Portos, para que estivesse cumprida a exigência da Marinha referente à condução com fins comerciais.

Já em 2018, a APA foi contemplada pelo edital do ICMBio para “Fortalecimento de iniciativas de turismo de base comunitária”. A proposta apresentada pela APA Guapimirim e ESEC Guanabara tem como objetivo fortalecer as ações relacionadas ao TBC a partir de roteiros envolvendo atrativos e atividades realizadas pela comunidade local, auxiliando os microempreendedores locais a alcançar autonomia em suas atividades turísticas, tornando-os parceiros para a gestão socioambiental das unidades de conservação. Parte das ações são desenvolvidas em parceria com a UNIRIO e UFRRJ, através do projeto de extensão “EA e TBC na APA Guapi-mirim”, cadastrado na Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da UNIRIO.

A iniciativa teve três etapas principais: consolidação das habilidades, consolidação do roteiro de TBC, e divulgação do roteiro. Na etapa envolvendo a consolidação de atividades, foram oferecidas oficinas de gastronomia, hospedagem e condução de visitantes protagonizadas pelos próprios membros das comunidades e

³A ONG Guardiões do mar é uma instituição sem fins lucrativos que atua no Rio de Janeiro buscando a preservação ambiental através de uma gestão participativa e comunitária.

promover intercâmbios locais entre as diferentes iniciativas de TBC. Também, foram realizadas visitas técnicas à APA Cairuçu (Paraty, RJ), onde estão localizados o Quilombo do Campinho e a Associação de Barqueiros e Pescadores Artesanais da Trindade, e à Praia de Itaipu (Niterói, RJ). A etapa de consolidação do roteiro de TBC envolveu a realização de oficinas para elaboração de roteiros e mapas, bem como desenvolveu materiais para a divulgação.

Existem diversas atividades que frequentemente são realizadas na APA Guapimirim, dentre elas: visitas por estudantes e universidades; visitas por ONGs ou outros grupos organizados; visitas de particulares para lazer nos rios ou para passeios de barco ou para pesca esportiva; além de captação de imagens e informação para reportagens (FUKUDA et. al., 2013).

Em um estudo que analisa o perfil das visitas realizadas na APA Guapimirim, Fukuda et al. (2013), identificou-se que a maioria delas é organizada por escolas e universidades, seguido pela mídia e conselheiros e convidados pelo conselho gestor. As visitas escolares são feitas predominantemente por turmas de graduação, seguidas por turmas de Ensino Médio, Ensino Fundamental e Pós-graduação.

São oferecidas duas opções de roteiros, sendo que, no primeiro, os visitantes percorrem por cerca de uma hora e meia os rios Guapimirim e Guaraí, podendo chegar até a Baía de Guanabara quando as condições climáticas estão adequadas à navegação. O segundo, que normalmente é realizado para os alunos de Educação Infantil, Educação Fundamental e Ensino Médio, o grupo é conduzido via terrestre, no próprio ônibus que os levou à sede da APA Guapimirim. Nesses locais, à beira da Baía de Guanabara, os visitantes são conduzidos por trilhas para áreas de manguezal alterado.

CAPÍTULO 3 - CONSTRUÇÃO DO GUIA DE CAMPO PARA A INTERPRETAÇÃO AMBIENTAL

Neste capítulo, serão apresentadas experiências de outros livros e guias de campo que serviram de exemplo para inspirar a construção deste trabalho, e os temas e conteúdos do guia, selecionados a partir da análise das entrevistas.

3.1 - Experiências de guias de campo e documentos de apoio a Interpretação Ambiental

O propósito deste trabalho é a elaboração de uma proposta de conteúdo para compor um guia de campo. O documento poderá ser utilizado como uma ferramenta de apoio para a interpretação ambiental, disponibilizando informações aos visitantes sobre temas relacionados à cultura local (dinâmica de pesca, costumes locais e história) e à biodiversidade (ecossistema manguezal e Baía de Guanabara), e que colabore para o fortalecimento das iniciativas de base comunitária na APA Guapimirim.

O guia de campo contempla informações relevantes sobre a cultura, patrimônio natural e cultural, biodiversidade, entre outros aspectos considerados relevantes para propiciar ao visitante a possibilidade de conhecer e refletir sobre o local visitado. Dessa forma, auxiliam no processo de educação ambiental pois inserem elementos que estimulam os visitantes a se abrirem para a experiência. Essa experiência, se apoiada por princípios éticos e solidários entre os visitantes e as populações locais, pode despertar novas relações de engajamento e respeito.

Como experiência para ilustrar e inspirar a composição deste trabalho, foram selecionados cartilhas e guias de campo elaborados no contexto de áreas protegidas, com o objetivo de fortalecer o turismo de base comunitária e a interpretação ambiental através de ferramentas de busca da internet e base de dados acadêmicos. Os termos de busca foram escritos em português e inglês, sobre a temática a ser analisada, por exemplo: guia de campo, roteiro de interpretação, roteiro de visita guiada, guia de interpretação ambiental, cartilha de educação ambiental, educação ambiental no manguezal, cartilha de etnoecologia.

Os seguintes materiais foram selecionados e subsidiaram a indicação de sugestões e orientações sobre formatos de apresentação, exemplos de informações e conteúdos, linguagem, ilustração e abordagem:

- Caiçara: a fartura de um povo na salmoura (NAVARRO *et al.*, 2007)

Este livro tem como principal objetivo apresentar a cultura dos caiçaras que moram no litoral norte de São Paulo. Para a construção do guia, considerei relevante a forma de apresentação escolhida pelos autores, que evidencia as perspectivas e experiências da população local. Ele auxilia na afirmação dos aspectos culturais da população local, pois mostra aspectos da culinária, estórias, danças, crenças, contados através de fotos e testemunhos de pescadores e cultivadores de mariscos, como pode ser visto na Figura 2. Além disso, ele chama a atenção para o valor do conhecimento tradicional.



Figura 2: Caiçara e seu depoimento. Fonte: Caiçara: a fartura de um povo salmoura

- Ecoturismo e Agroecologia no Extremo Sul de São Paulo (São Paulo, 2013)

O guia apresenta as riquezas da natureza e da cultura na região Sul do município de São Paulo, sua biodiversidade - com informações sobre a fauna e flora-, seu patrimônio histórico - a presença Guarani e suas tradições-, as relações entre a arte, cultura e espiritualidade e a importância da agricultura na região. Dividido em 10 capítulos, discorre de forma sintética sobre o turismo em geral no município de São Paulo e mais especificamente, nas APAs Capivari-Monos e Bororé-Colônia, além de fornecer noções sobre o que é UC e a forma de sua gestão, a relação entre o conceito de consumo responsável e o turismo, como também sobre a agricultura praticada nestas UC. Apresenta dicas de passeios e informações sobre agências e operadoras de turismo, serviços, hospedagens e outras utilidades.

Este Guia dedica um espaço para contar a história e ocupação da região, como pode ser visto na Figura 3:



(06)
PATRIMÔNIO
HISTÓRICO
E CULTURAL

O TERRITÓRIO DO EXTREMO SUL DO MUNICÍPIO, onde estão as APAs paulistanas, pertenceu ao antigo município de Santo Amaro até 1935. Situado estrategicamente entre a cidade de São Paulo e o mar, Santo Amaro abrigava caminhos que, durante o período colonial, levavam da cidade ao litoral, aproveitando as trilhas dos povos indígenas que habitavam e ainda habitam a região. A principal ligação com os aldeamentos era feita pelo curso dos rios Anhembi (hoje rebatizado de Tietê) e Geribatiba ou Jurubatuba (hoje Pinheiros).

Desde os tempos da colonização portuguesa, Santo Amaro contou com aldeamentos administrados pelos jesuítas, dividida em sesmarias entregues a leigos. Em 1828, um decreto criou o bairro de Colônia nas terras devolutas de Santo Amaro. Noventa e quatro famílias alemãs foram deslocadas para lá.

É bastante comum na região os sobrenomes alemães. Seus descendentes relatam que aos poucos deixaram de falar seu idioma de origem por conta da discriminação de brasileiros, reflexo da expansão nazista na Europa. O bairro, originalmente chamado de Colônia Alemã, tornou-se Colônia Paulista na época da segunda guerra mundial.

Os habitantes da Colônia dedicavam-se principalmente à agricultura e à extração de madeira. No final do século 19, vendiam seus produtos agrícolas principalmente no Mercado de Santo Amaro, construído em 1895. Além de gêneros alimentares de primeira necessidade, eram comercializados madeira, carvão e pedras de cantaria.

Antes da implantação da linha férrea da Cia. Carris de Santo Amaro, no fim do século 19, as mercadorias eram transportadas em tropas de burros. A chegada do trem modificou timidamente a paisagem local, e foi logo incorporada pelos paulistanos que visitavam a região nas festas religiosas. A partir dos primeiros anos do século 20, o carvão produzido com madeira das florestas do extremo Sul se tornou um produto fundamental para a

HISTORICAL AND CULTURAL HERITAGE

Churches and cemeteries from the last century, preserved historical constructions, indigenous settlements and a functioning railroad are some of the cultural attractions from the southern region of São Paulo.

(41)

Figura 3: Patrimônio histórico e cultural Fonte: Ecoturismo e agroecologia no extremo Sul de São Paulo.

Também neste Guia, foi criado um espaço para apresentar os sujeitos importantes para o turismo e a agroecologia na região, como mostrado na figura 4 abaixo:



© Conhecida como Tomi, nasceu na ilha do Bororé e se rendeu aos encantos da terra desde menina. Foi à cidade estudar e se graduou em Administração Hospitalar. Mais tarde voltou ao seu lugar de origem para se tornar agricultora. Acredita que a troca de informações sobre práticas de manejo agroecológico entre os agricultores da região de Parelheiros é fundamental para o aprimoramento do seu trabalho. Em sua propriedade, há um clima agradável, inspirado pelo belo jardim e pelo paisagismo de seu avô. Há também um ninário de garças, que podem ser observadas no verão. Tomi convida os turistas a "constatarem, em Parelheiros, aquilo que estão lendo, aquilo que está sendo divulgado na mídia", sobre agroecologia e preservação ambiental. Telefone: +55 (11) 9292-5220 / smila@gmail.com



© Agricultor experiente, vivo, mas não por isso menos entusiasmado, é referência em produção de banana, na região. Trabalhou como comerciante, foi metalúrgico e intérprete durante os 10 anos em que esteve no Japão. Atualmente, em seus 5 hectares produtivos, cultiva bananas orgânicas. Zundi acredita que o turismo agroecológico em Parelheiros será uma excelente oportunidade para estudantes e também para aproximar as crianças da realidade camponesa. Contente com a vida que leva, esse sábio agricultor afirma que "enquanto eu tiver saúde e coragem para trabalhar, estarei no campo". Telefone: +55 (11) 7507-0636

(61)

Figura 4: Agricultores agroecológicos de São Paulo. Fonte: Ecoturismo e agroecologia no extremo Sul de São Paulo.

Essa forma de apresentação tende a evidenciar os habitantes locais e seu protagonismo no desenvolvimento do turismo, fazendo com que sejam reconhecidos frente ao processo como atores relevantes, e tenham o seu conhecimento e modo de vida destacados, podendo-se, dessa maneira, criar uma nova relação entre visitante e visitado.

- Guia de campo do Parque Nacional da Tijuca (SIQUEIRA *et al.*, 2013)

Este guia tem como intuito discorrer sobre o Parque Nacional da Tijuca, com ênfase na “Trilha dos estudantes”, apresentando aspectos da biodiversidade, características do setor “Floresta da Tijuca”, a importância da biodiversidade e sobre o patrimônio histórico-cultural.

A título de exemplo, o Guia do Parque Nacional da Tijuca dedica um espaço para abordar curiosidades sobre o Parque e apresentar sobre os serviços ambientais que geram benefícios que ele traz para o município do Rio de Janeiro.



Como inspiração, o “Guia do Parque Nacional da Tijuca”, traz exemplo de plantas que podem ser encontradas na região com descrição das famílias botânicas.

• **Fabaceae** – também conhecida como Leguminosae. São ervas, arbustos ou árvores, com folhas alternas, compostas, com estípulas. A mimosa e o feijoeiro são exemplos dessa família.



Figura 6: Exemplo de descrição da Flora Fonte : Guia do Parque Nacional da Tijuca

Concluindo, os guias estudados tem como objetivo promover um turismo sustentável e apresentam conteúdos que abordam aspectos da biodiversidade e da cultura local. Eles buscam valorizar tradições e costumes da região, evidenciando o conhecimento e estilo de vida dos habitantes locais e o patrimônio histórico-cultural, com o intuito de criar novas interações entre visitantes e visitados.

3.2- Definição dos temas e conteúdos

A definição dos temas, formato e conteúdos do guia partiu da aplicação de um roteiro de entrevistas semi-estruturado para coleta de dados qualitativos, instando os entrevistados a externalizarem, de maneira espontânea, suas impressões, experiências e motivações, para posterior análise dos elementos obtidos.

Além disso, foram analisados documentos e informações secundárias sobre a APA, através do levantamento de outros guias de campo, roteiros e cartilhas que haviam sido elaborados como ferramentas para fortalecer a educação ambiental e o turismo na região.

Para inspirar a elaboração do guia de campo foi realizado um levantamento de exemplos de cartilhas, guias turísticos, roteiros e guias de campo elaborados com o objetivo de fortalecer a interpretação ambiental e a organização do turismo de base comunitária em áreas protegidas.

Como descrito na metodologia, foram realizadas 13 entrevistas, sendo que 3 dos entrevistados são gestores e 7 condutores da APA Guapi-mirim, e 3 integrantes da ONG Guardiões do Mar e da agência GuapimirimTur. As questões foram agrupadas visando responder os seguintes aspectos: as principais características do ecossistema Manguezal; os pontos que os visitantes consideram mais importantes e interessantes; os assuntos que os condutores gostam de abordar; os animais que despertam maior interesse; perfil principal do público participante e a finalidade das visitas; e o formato do guia.

De acordo com os entrevistados, o que mais atrai os visitantes para conhecer a APA é a biodiversidade e as características do ecossistema Manguezal. Dentre a rica variedade de espécies, os animais que despertam maior interesse são os botos-cinza, as lontras, as capivaras, os jacarés-do-papo-amarelo, pássaros e peixes. Também foram identificadas nas entrevistas o perfil dos visitantes, que buscam mais frequentemente um turismo com a finalidade de pesquisa, observação dos botos, pesca (amadora e esportiva) e observação de aves.

Os dados coletados revelam que os temas considerados importantes pelos interlocutores envolvidos na dinâmica do turismo na APA Guapi-mirim são:

- APA Guapi-mirim

Para descrever a APA Guapi-mirim, foram abordados aspectos relacionados ao motivo e ao processo de sua criação, à sua localização e ao significado e representatividade no contexto local, regional e nacional, por ser uma área de importância ecológica, a primeira área de proteção criada para manguezais e seu papel na recuperação dessa área anteriormente degradada.

- O manguezal

Para ilustrar o ecossistema Manguezal, é importante descrever suas características:

- O regime de marés.

- Sua importância como berçário do Atlântico Sul.
- Um regulador de clima.
- Filtro biológico.
- Um sequestrador de carbono, ou seja, esse ecossistema remove o gás carbônico da atmosfera, podendo, assim, regular as concentrações desse gás de efeito estufa.
- A região da APA Guapimirim e ESEC da Guanabara como a maior área de manguezal preservado do Estado do Rio de Janeiro.
- As ações de recuperação das áreas de manguezal degradadas, através, principalmente, do plantio de árvores.
 - Os Rios

Destacou-se como interessante abordar os cinquenta grandes rios que desembocam na Baía de Guanabara, sendo que aqueles que contribuem para a APA Guapi-mirim representam cerca de 2.890 Km² de região hidrográfica. Esses rios são importantes no abastecimento das cidades próximas como Niterói, São Gonçalo, Itaboraí e Magé.

- Biodiversidade

Para descrever a biodiversidade, se faz necessário informar sobre as adaptações da flora a esse ecossistema, tal como os mecanismos das plantas para sobreviver a um solo com baixa taxa de oxigênio, muito sal e sujeito à inundação pela maré. Além disso, apresentar a riqueza e diversidade de espécies da fauna (aves, jacarés e botos) e as três espécies de mangue (preto, branco e vermelho).

- O contexto histórico da APA e população local

Nesse tópico, é importante considerar o amplo enredo que marcou a ocupação da região, tendo sido destacado pelos interlocutores da pesquisa alguns itens principais:

- Os povos sambaquis, os primeiros habitantes da Baía de Guanabara.
- Os povos indígenas que ocupavam a região.

- A ocupação da região a partir da chegada dos primeiros europeus ao continente americano.
- As senzalas, as antigas fazendas e capelas da época do Brasil Colonial e Império;
- A importância econômica da região na época do império.
- Os efeitos da urbanização da região no século XX, com a ocupação pela indústria, criação de aterros sanitários e construção de rodovias, que provocaram alterações na paisagem, desmatamento do manguezal e poluição.
 - Os pescadores e as artes de pesca

A dinâmica de utilização dos bens naturais da região por meio da pesca é um tema singular na história e no processo de uso e ocupação da região. Manter a pesca e a sobrevivência dos pescadores são pautas de constante tensão e conflito na Baía de Guanabara, que vem sofrendo diversos impactos ambientais e sociais em virtude de projetos desenvolvimentistas, sobretudo relacionado à exploração do petróleo.

É importante destacar que, ainda que os pescadores estejam inseridos na dinâmica urbana, buscando alternativas de trabalho e renda nesse contexto, sua principal fonte de renda e seu principal elemento cultural, a pesca, ainda os mantém intimamente ligados aos ecossistemas naturais. A degradação ambiental da baía, que interfere na oferta de pescado, coloca em risco a pesca e os pescadores.

Uma parcela dos pescadores artesanais da baía agrupou-se na Associação Homens do Mar – AHOMAR, que foi criada como um movimento de resistência dos pescadores frente aos impactos negativos das atividades da indústria petrolífera na baía e em seu entorno (HERRERA, 2017).

Neste sentido, considera-se relevante apresentar para os visitantes a dinâmica social dos habitantes locais, suas diferentes artes de pesca e a importância desse conhecimento, além de como o manguezal é essencial para a sobrevivência desta população. Além disso, salientar a importância do manguezal e de seus recursos como um sistema gerador de qualidade de vida, de suporte social e econômico, através da pesca artesanal e da exploração sustentável de recursos naturais, como os taninos e a taboa, e como a degradação ambiental impacta o estilo de vida dessas pessoas.

CAPÍTULO 4 – O GUIA DE CAMPO

Neste capítulo, será apresentada a proposta de conteúdo para compor o guia de campo para interpretação ambiental, que pode ser utilizado nas atividades de campo, visitas de escolas, nas atividades de turismo e também por pesquisadores. Visa apoiar as atividades de condução de visitantes lideradas pelas iniciativas de base comunitária na APA Guapi-mirim.

4.1 A elaboração do conteúdo

Este guia de interpretação ambiental é resultado de uma pesquisa de mestrado realizada no Programa de Pós-Graduação em Práticas em Desenvolvimento Sustentável da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Tem por objetivo apoiar as iniciativas de turismo de base comunitária na APA Guapi-mirim e na ESEC da Guanabara nos municípios de Magé, Gapimirim, Itaboraí e São Gonçalo no Estado do Rio de Janeiro. O conteúdo do guia tem como principal fonte para produção o conhecimento das pessoas que vivem e trabalham na região, seja como pescador, condutor de visitantes, microempresários e gestores de ONG, e gestor da APA Guapi-mirim e da ESEC Guanabara.

A partir das entrevistas evidenciou-se a relevância do manguezal para os condutores e pescadores e a relação afetiva que estes desenvolveram pela APA, pela conservação desse ecossistema e pelos benefícios sociais adquiridos. Eles reconhecem a APA como uma iniciativa que recuperou o manguezal, que estava muito degradado, e além disso auxiliou na capacitação e implementação de outras atividades, fontes de renda.

Para os gestores da APA, o mais importante é destacar a importância do manguezal como ecossistema, o conhecimento tradicional e os efeitos da degradação ambiental para essas populações.

Para os membros da ONG, a APA Guapi-mirim se diferencia pela sua rica biodiversidade e o conselho gestor extremamente atuante e participativo, composto por pescadores artesanais, cooperativas, prefeituras, universidades.

A partir das entrevistas foram identificados como relevantes para compor o guia de campo o seguinte conjunto de temas:

- biodiversidade;
- Contexto histórico da região;
- diferentes artes de pesca;
- O conhecimento tradicional das populações locais/povos tradicionais;
- degradação ambiental que afeta o estilo de vida das populações locais/povos tradicionais.

Além das entrevistas, foi organizada, com o apoio do ICMBio, uma visita de campo com dois condutores de visitantes e 3 membros da APA Guapi-mirim. Na ocasião, foi simulado um passeio turístico no qual foram salientados os pontos de maior interesse dos visitantes e os principais assuntos que são abordados na visita. O percurso contemplou um passeio de duas horas que começou no canal da Banana, passou pelo rio Guapi-Macacu e chegou na Baía de Guanabara. Durante o percurso, foram identificadas as espécies de fauna que foram avistadas, as espécies de flora e suas adaptações para a sobrevivência no manguezal, as artes de pesca, (curral e cata de siri e caranguejo) e construções históricas.

Finalmente, entre os meses de abril e junho de 2019, foi possível participar de um curso de 6 dias para o fortalecimento das iniciativas de base comunitária, organizado pelo ICMBio e pela ONG Guardiões do Mar, que contou com a participação dos sujeitos ligados ao turismo local e especialistas, que ministraram as aulas. O curso abordou temas relevantes para uma melhor compreensão sobre a região, para melhorar o atendimento ao visitante e auxiliar na organização dos condutores: história local, o turismo, características do ecossistema, ecologia, direito ambiental, economia solidária, primeiros socorros, entre outros.

4.2 O conteúdo

O propósito

O propósito desse guia é instigar o interesse do visitante e despertar sua reflexão sobre as riquezas do ecossistema manguezal e da Baía de Guanabara. Através dele será possível conhecer alguns aspectos da biodiversidade, história e da cultura local e compreender a região e o papel e importância dessa área protegida.

A APA Guapi-mirim e a riqueza da Baía de Guanabara

Você sabe o que é uma APA?

A Área de Proteção Ambiental, ou APA, é uma unidade de conservação que tem como objetivo proteger a diversidade biológica, conciliando o processo de ocupação e o uso sustentável dos recursos naturais (BRASIL, 2000).

“Se não tivesse a APA aqui, não teria uma ave, uma capivara, um pau de mangue, não existiria nada. Essa APA é o pulmão, a mãe desse manguezal. Eles teriam cortado tudo, tudo, tudo. O dia que acabar, um ano depois, não existe mais nada aqui, corta tudo. A APA tem que viver mil anos, dois mil anos, porque o pulmão do RJ é esse manguezalzinho aqui.” (Adilson Fernandes, o “Russo”, condutor de visitantes)

No recôncavo da Baía de Guanabara, na região metropolitana do Rio de Janeiro, se encontram a Área de Proteção Ambiental de Guapi-mirim e a Estação Ecológica da Guanabara, duas áreas que abrigam os últimos remanescentes de manguezal preservados na Baía. Elas são administrada pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e a gestão da área conta também com a participação de atores locais que formam o conselho gestor da UC.

A APA Guapi-mirim preserva o manguezal e suas riquezas, ela protege espécies ameaçadas, contribui para o equilíbrio do clima, protege berçários de peixes e multiplica a vida.

Antes da criação das UC, a região foi alvo de desmatamento indiscriminado, sobretudo em virtude do corte de árvores para uso da terra para agricultura ou para alimentar os fornos de cerâmicas das olarias da região. Desde a criação da APA, em 1984, a devastação foi freada e a condição ecológica melhorou. Com o trabalho de fiscalização que impede as ações de desmatamento, a natureza fez a sua parte e o mangue começou a se recuperar. Mas os servidores do ICMBio, com o apoio de moradores e parceiros da região, também participam desse processo, com ações de reflorestamento e recuperação destas áreas degradadas, através – principalmente – do plantio de árvores.

Com 14 mil hectares, a reserva ambiental abrange o território dos municípios de Guapimirim, Magé, Itaboraí e São Gonçalo.

“Antigamente tinha uma estrada que passava pela APA e contornava o manguezal, eles cortavam a lenha todinha para levar para cerâmica. Eu ficava triste quando eu via as motosserras, quando a APA chegou eu comecei a aplaudir. Os outros pescadores falavam: “vai acabar com a pesca!”, mas eu falava: “vai acabar com a pesca nada, vai melhorar o mangue!”. E olha só a quantidade de peixe que ainda tem nesse manguezal. Hoje em dia eu fico admirado de ver aquele manguezal que tava todo degradado do jeito que está hoje. O Manguezal é uma coisa que me fascina. Eu fico muito feliz de estar vivo para ver o que eu vi e o que eu estou vendo agora.” (Aldir, pescador e condutor de visitantes)

Os Rios serpenteados caracterizam a paisagem

A APA Guapi-mirim é cortada por diversos rios e canais como: Suruí, Iriri, Magé, Guapimirim, Roncador, Guapi-Macacu, Caceribu e Guaxindiba e recebe águas de suas bacias hidrográficas que tem cerca de 2890 Km². Esses rios são importantes para o abastecimento de mais de 10 milhões de habitantes, na porção leste da Baía de Guanabara, dos 16 municípios que nelas estão localizados, como Niterói, São Gonçalo, Itaboraí.

Os manguezais apresentam um cenário único que oferece inúmeras oportunidades de experiências, em rios serpenteados em cujas águas vivem diversas espécies, que nos encantam e ampliam nossa percepção do mundo.

Manguezal, um berçário natural

- Os manguezais são fonte de alimento para uma grande diversidade biológica e são importantes para o sustento de inúmeras famílias que dependem dele para sobreviver.
- É um ecossistema que serve como um “berçário da natureza”, pois apresenta condições ideais para reprodução e desenvolvimento de várias espécies. Também é um local para alimentação e proteção de crustáceos, moluscos e peixes.
- Funciona como um filtro biológico que retém terra e outros materiais evitando que passem para o mar.
- Recebe compostos trazidos pelos rios e os transforma em matéria orgânica que servirá de alimento para os ecossistemas marinhos.
- É um meio natural de controle da erosão costeira. Sua vegetação funciona como uma barreira atuando contra a ação erosiva das ondas e marés.
- Um sequestrador de carbono, ou seja, esse ecossistema remove o gás carbônico da atmosfera, podendo, assim, regular as concentrações desse gás de efeito estufa.

“ O manguezal tá em uma área de transição, em função disso, ele recebe tanto o que vem do oceano, quanto o que vem da serra, e isso gera muita riqueza, tanto animal, quanto vegetal.” (Alaildo Malafaia, condutor de visitantes e catador de caranguejo)

A poluição dos lixões da região e o despejo de esgoto é uma grande ameaça a esse ecossistema, que ainda sofre com a expansão urbana e industrial. A perda de manguezais teria sérias consequências para os seres humanos e a natureza. O uso sustentável desse ambiente é fundamental para que ele exerça seu papel ecológico e econômico.

“Costumo dizer que a Baía de Guanabara não está morta, ela está doente. Uma pessoa quando esta doente vai ao médico e toma um remedinho, e é isso que a Baía precisa, de um remedinho que é tratar do esgoto que é jogado no dia-dia dentro dela.”
(Adilson Fernandes, o Russo, condutor de visitantes)

Por que o manguezal tem cheiro forte?

O forte cheiro exalado pelo mangue é causado pela decomposição de grande quantidade de matéria orgânica, feita pelas bactérias, que libera um gás à base de enxofre. Essa matéria orgânica serve de alimento para pequenos animais, base de uma extensa cadeia alimentar. Ou seja, esse forte cheiro faz parte do processo de geração e manutenção da vida.

“ É muito maravilhoso descobrir que aquele ambiente cheio de lama e fedido é tão rico e tão poderoso.” (Alaildo Malafaia, condutor de visitantes e catador de caranguejo)

A Flora

A vegetação do mangue é composta por uma pequena quantidade de espécies, pois poucas plantas conseguem sobreviver às condições desse ambiente com pouco oxigênio, alta concentração de sal e solo instável. As três espécies mais predominantes nos manguezais são: mangue Vermelho, Mangue Preto e Mangue Branco.

Também é possível encontrar outras espécies na zona de transição entre o manguezal e outros tipos de vegetação como o algodoeiro-da-praia (*Hibiscus pernambucensis*), a aroeira (*Schinus terebinthifolius*), a samambaia-do-mangue (*Acrostichum aureum*) e a Taboa (*Typha domingensis*).

A taboa é uma planta aquática bastante comum em regiões de manguezais e pode ser utilizada para produzir peças de artesanato como bolsas, chapéus, esteiras de praia e objetos de decoração. Ela é colhida de maneira sustentável e é mais uma possibilidade de geração de renda para a população.

Mangue Vermelho (*Rizhophora mangle*)

O mangue vermelho possui raízes em forma de arco que fixam a planta no solo instável e permitem que ela viva em áreas alagadas. Essa espécie ocupa as áreas mais próximas à água, na transição entre ambiente aquático e o terrestre, ficando ora com as raízes em baixo da água (maré cheia), ora totalmente expostas ao ar (maré baixa).

Este tipo de raiz possui poros que permitem a troca de gases entre a planta e o meio ambiente. Quando a maré sobe, esses poros se fecham e elas deixam de respirar. Quando a água volta a baixar, a respiração retorna.

Curiosidades!

Essa espécie tem esse nome pois na sua casca é encontrado o ácido tânico, ou tanino, uma substância utilizada em curtumes e na indústria de tecidos para tingir de vermelho.

Mangue Preto ou siriúba (*Avicennia schaueriana*)

O mangue preto apresenta estruturas de respiração chamadas de pneumatóforos, que são raízes que ficam acima do solo, como *snorkels* de centenas de mergulhadores e levam ar às raízes submersas, e mesmo durante a maré cheia suas extremidades ficam expostas ao ar possibilitando a respiração da árvore.

Mangue Branco (*Laguncularia racemosa*)

Essa espécie também possui sistema radial e pneumatóforos, mas em menor tamanho e número do que o mangue preto, por isso costuma ocorrer em áreas menos alagadas, já que seus pneumatóforos não conseguem realizar a respiração quando submersos.

As espécies de mangue se reproduzem através de sementes (propágulos) que germinam quando o fruto ainda está pendurado na árvore. Quando o propágulo cai da árvore, ele penetra facilmente no lodo, dando início a uma nova árvore. Se a maré estiver alta e não permitir a fixação, o propágulo pode flutuar por um longo período até encontrar um lugar para se fixar.

Além disso, as folhas de mangue têm estruturas chamadas glândulas de sal, que eliminam o sal que é absorvido pela planta.

A fauna

O manguezal transforma a matéria orgânica trazida pelos rios em alimento para um enorme número de organismos, esta característica faz dele um local essencial para a manutenção de uma cadeia alimentar de grande diversidade biológica e para a reprodução e crescimento de muitas espécies .

O manguezal possui uma variedade de nichos ecológicos e por isso abriga uma fauna diversificada representada por crustáceos, répteis, aves e mamíferos.

Crustáceos

Existem diversas espécies de crustáceos que habitam a APA Guapimirim como: caranguejo-uça (*Ucides cordatus*), siri-azul (*Callinectes danae*), guaiamum (*Carsinoma guanhumí*) e camarãozinho canhoto (*Alpheus heterochaelis*).

O caranguejo-uçá é uma das principais fontes de renda para a população local.

Peixes

A degradação da baía de Guanabara põe em risco a sobrevivência dos peixes. Algumas espécies comumente pescadas na APA são: corvina (*Micropogonias furnieri*), robalo (*Centropomus sp*), tainha (*Mugil sp*).

Aves

Já foram registradas na região mais de 240 espécies de aves, envolvendo permanentes e migratórias.

A alta diversidade faz da APA um ótimo local para observação de aves.

Dentre as aves, se destaca o colhereiro (*Platalea ajaja*). Esse nome se deve ao formato de colher de seu bico. Com ele, a ave revolve o fundo dos ambientes aquáticos em busca de alimento, geralmente peixes, crustáceos, insetos e moluscos.

O colhereiro exibe uma bela plumagem devido a ingestão de crustáceos, quanto mais ele come mais rosadas ficam suas penas.

Essa ave tem uma grande importância ecológica por ser um bioindicador, ou seja, a sua presença mostra que o ambiente está em boas condições de conservação, pois ela só habita em áreas ambientalmente saudáveis.

A biguatinga (*Anhinga anhinga*) é uma ave aquática, em ameaça de extinção, que chama a atenção pelo porte grande. Ao ser ameaçada, a biguatinga mergulha todo o corpo na água, deixando à mostra apenas do pescoço para a cima, dando a impressão de ser uma cobra nadando.

As aves mais abundantes no manguezal são as garças.

Répteis

Os jacarés (*Caiman latirostris*) são animais que costumam ser vistos mais comumente à noite e se alimentam de peixes, aves e mamíferos. Atualmente fazem parte da lista de animais em extinção do IBAMA, devido a destruição de seu habitat e à poluição dos rios.

Na APA, vivem cerca de 140 jacarés, identificados com microchip. Um indivíduo pode chegar a viver até 50 anos.

São animais de grande importância ecológica:

- Eles se alimentam dos animais mais velhos e fracos que não conseguem escapar de seu ataque, fazendo o controle biológico de outras espécies.
- Suas fezes servem de alimento a peixes e outros seres vivos aquáticos.

Mamíferos

Alguns mamíferos que podem ser encontrados na APA: Preá (*Cavia sp.*), Capivara (*Hydrochoerus sp.*), Lontra (*Lutra longicaudis*) e Boto-cinza (*Sotalia fluviatilis*).

O boto-cinza (*Sotalia fluviatilis*) pode atingir até 2 metros e costumam viver uma média de 30 anos. Uma das grandes preocupações da Área de Proteção Ambiental de Guapimirim e da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) é a diminuição no número desses animais. As fêmeas do boto-cinza dão à luz a um único filhote, a cada três ou quatro anos, e eles vêm tendo dificuldades de reprodução. Uma possível causa seria a poluição da Baía.

O contexto histórico local

- **De 10 mil a 3 mil anos atrás** - A região era ocupada pelos povos Sambaquis

Os povos dos Sambaquis foram os primeiros habitantes conhecidos do litoral brasileiro e desapareceram há quase 1000 anos. Eles viviam no litoral, acampados em lugares onde a captura de peixes era fácil e os moluscos abundantes. Voltados para a pesca, a caça e a coleta, esses grupos pré-históricos foram pouco-a-pouco formando os sambaquis. Os sambaquis são pequenos morros formados pela atividade humana, composto por moluscos, ossos humanos, conchas, esqueletos humanos, equipamentos primitivos de pesca, vestígios de fogueiras, formando um verdadeiro arquivo pré-histórico.

Na região da APA de Guapimirim ainda existem dois sítios arqueológicos: o Sambaqui de Sernambetiba, em Magé, e o do Vale das Pedrinhas, em Guapimirim.

- **1320 a 520 anos atrás** - A região era ocupada pelos índios tamois, tupinambás e temiminós

As etnias falavam a língua tupi e sobreviviam da caça, da pesca, da coleta de frutas e de agricultura de mandioca. Embora tivessem culturas similares, eram tribos inimigas e disputavam o domínio da região.

- **1502** – Os primeiros navegante portugueses chegam à Baía de Guanabara

- **1555** – Tentativa de estabelecimento da França Antártica no Brasil.

Os portugueses construíram a Fortaleza de Santa Cruz e o Forte da Laje para proteger a Baía da ocupação francesa.

- **1565** – Após a expulsão dos franceses, é fundada a cidade do Rio de Janeiro.

Através da doação de sesmaria por Mem de Sá, Simão da Mota constrói sua morada no morro da Piedade, na orla da Baía de Guanabara, onde hoje se localiza o município de Magé.

- **1571**- A região da Baía é ocupada por engenhos de cana-de-açúcar e tem início a escravidão de africanos na região.

- **1808** - Chegada da Família Real Portuguesa no Rio de Janeiro.

No início do século XIX, a região era importante para atender a grande demanda de alimentos para a Corte, no Rio de Janeiro. O porto de Piedade recebia parte da

produção de Minas Gerais que era transportada por centenas de burros de carga diariamente.

- **1888** – A Lei Áurea extingue a escravidão no Brasil, mas os afrodescendentes não são integrados à sociedade.

Século XX

- **1936** – Construção do aeroporto Santos Dumont, ampliação do aterro de Ponta do Calabouço.
- **1952** – Construção da cidade universitária, em que nove ilhas da Baía foram aterradas.
- **1954** – Inauguração da Refinaria de Petróleo de Manguinhos.
- **1957** – Inauguração da BR 101
- **1961** – Início de operação da Refinaria Duque de Caxias (REDUC)
- **1976** – Início de operação do Aterro Metropolitano de Gramacho
- **1977**- Grandes áreas de manguezais foram aterradas para a construção do aeroporto internacional Tom Jobim
- **1978** - Início de operação do Aterro de Itaoca (São Gonçalo)
- **1984** – Criação da APA Guapimirim
- **1992** – Construção da Linha vermelha que provocou o desmatamento de manguezais e a realocação de pescadores.
- **2006** – Criação da ESEC da Guanabara.

A Baía de Guanabara presenciou momentos marcantes da história brasileira e a APA Guapi-mirim ajuda a proteger essa importante herança arqueológica, histórica e cultural para as presentes e futuras gerações.

Os pescadores e o conhecimento tradicional

A pesca artesanal é bastante antiga e já era praticada pelos povos indígenas no Brasil antes da chegada dos portugueses. Os pescadores possuem um forte relacionamento com a natureza, pois nela vivem, criam seu filhos e tiram seu

sustento. Este conhecimento íntimo da natureza tem sido passado de geração em geração.

“Eu aprendi a pescar com meu pai nos meus momentos de férias, porque devido ao serviço escravo, isso veio do meu bisavô, eles não aceitavam que a educação ficasse depois do trabalho.” (Rafael, Pescador artesanal e condutor de visitantes)

Os pescadores possuem conhecimento das águas, de espécies, de técnicas de pesca e de fenômenos da natureza como as marés, as fases da lua e os ventos. Esse entendimento diminui os riscos do trabalho nas águas e ajuda a manter as espécies que compõem a biodiversidade, pois eles têm conhecimento, por exemplo, do período de reprodução de espécies e o movimento das marés que influenciam o número de peixes.

O meio de vida dos pescadores artesanais está vinculado ao uso sustentável do manguezal. A degradação ambiental da baía interfere na oferta de pescado e coloca em risco a pesca e os pescadores.

Os pescadores criaram um movimento de luta e resistência frente aos impactos negativos, principalmente ligados às atividades da indústria petrolífera, na baía e em seu entorno, e trabalham junto ao ICMBio pela proteção da biodiversidade.

“O mangue além de ser vida, pra mim é distração, trabalho, renda. Eu tô estressada, tô triste, eu volto do mangue outra pessoa. Se eu tenho uma mágoa, uma tristeza e eu entro no barco e no rio, eu volto outra pessoa.” (Eugenia, pescadora, condutora de visitantes e artesã).

Na APA Guapi-mirim as principais artes de pesca são: pescaria de curral, cata de caranguejo e cata de siri.

Pesca de curral

Dentre as artes de pesca da APA Guapi-mirim, está a pesca de curral que é mais um exemplo da herança da pesca tradicional indígena. O curral é uma grande armadilha em que o peixe não consegue sair depois que chega ao seu interior.

Catadores de caranguejo

Os catadores de caranguejo são povos tradicionais que trabalham no mangue e que dependem de recursos do meio ambiente para se manter e, por isso, respeitam os ciclos naturais. Assim como a pesca de curral, o trabalho de catador de caranguejo tem origens muito antigas, herdada dos indígenas, e geralmente é passado de pai para filho.

A degradação ambiental da baía, que interfere na oferta de pescado, coloca em risco a pesca e os pescadores. O desenvolvimento desordenado da região, a urbanização dos municípios do entorno e a ocupação e poluição da indústria de petróleo e gás têm diminuído consideravelmente o volume e a qualidade do peixe, e restringindo a área reservada à atividade pesqueira na Baía de Guanabara. Nas duas últimas décadas, os pescadores artesanais estão lutando contra a expulsão gradativa a que vem sendo sujeitados. No desenrolar dessas lutas, eles vêm denunciando diversas agressões ambientais ao mesmo tempo que afirmam a importância de seu saber e cultura tradicional que também fazem parte da história da Baía de Guanabara.

Sugestões de formato e apresentação

Existem diversas formas de apresentação do conteúdo do guia de campo. O formato deve considerar aspectos como: perfil do público; recursos disponíveis no local; ambiente no qual é realizada a visita (por exemplo, observação embarcada); aproveitamento dos conhecimentos e técnicas locais; meios de divulgação – digital ou impresso; entre outros.

Uma sugestão seria a criação de um “Kit interpretativo” (Figura 7), para apoiar o trabalho dos condutores de visitantes. A proposta é que o kit contenha placas interpretativas portáteis (Figura 8), visando auxiliar a interpretação e melhorar a qualidade geral da experiência de visitação. Essas placas, poderiam ser apresentadas aos visitantes durante o passeio pelo manguezal. Podem envolver ilustrações, assuntos importantes para a gestão da APA, e informações que os visitantes nem sempre consegue enxergar durante a visita, tais como animais noturnos ou que sejam difíceis de serem avistados, informações sobre a cultura local e questões ecológicas.



Figura 7: Kit interpretativo para condutores da Floresta Nacional do Tapajós.

Fonte: MAYER *et al.*, 2019



Figura 8: Placa interpretativa portátil sobre plantas medicinais e conhecimento tradicional. Fonte:

MAYER *et al.*, 2019

Outra sugestão, é a publicação de um folder que contenha um mapa com a diversidade de atrativos da região, sua localização e que também informe sobre a APA. Os condutores poderiam mostrar essa ferramenta aos visitantes durante os passeios e seria mais um estímulo para eles se conectarem com seu público,

enriquecerem as experiências de visitação na UC e aumentarem a satisfação do visitante.

Esses instrumentos de auxílio   interpretação devem primar pela sustentabilidade do recurso, considerando os materiais utilizados, de modo que após a confecção sejam mantidos em uso e resistentes a água, sol e ventos para que durem muito tempo e não exijam atualizações constantes. Ademais, esses materiais deveriam ser escritos em português e inglês, para auxiliar com os desafios de comunicação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A relação entre sociedade e natureza tem sido um dos principais desafios enfrentados para a implementação de políticas públicas em unidades de conservação (UC), sendo propulsora de conflitos, mas também fonte de aprendizado e inspiração sobre diferentes visões sobre essa relação. Tratando-se da gestão de Áreas de Proteção Ambiental (APA), torna-se necessário identificar e promover processos sociais que busquem a integração entre saberes locais e a utilização sustentável da biodiversidade.

O incentivo ao turismo de base comunitária é um dos caminhos possíveis para o processo de desenvolvimento da região, em bases sustentáveis, considerando os aspectos relevantes já mencionados nos capítulos anteriores, como a importância das povos tradicionais para a conservação do Manguezal e de suas águas, bem como da cultura, e os benefícios que o turismo oferece, acrescentando renda e oportunidade de trabalho para as comunidades, propiciando a multifuncionalidade das UC.

Ademais, as UC são espaços educativos e que podem servir como lócus para entender as relações socioeconômicas do processo de transformação da natureza, entendendo que as questões ambientais são indissociáveis de modelo social vigente e das consequentes desigualdades sociais e econômicas.

Assim, a interpretação ambiental em áreas protegidas, ao trabalhar e instigar de forma crítica questões a respeito dos significados desses espaços e da importância da participação da sociedade, contribui na busca por participação social e ações transformadoras.

Nesse contexto, a pesquisa teve como objetivo a elaboração de uma proposta de conteúdo para compor um guia de campo que funcione como instrumento para a interpretação ambiental e fortaleça as iniciativas de turismo de base comunitária. Com isso, pretende-se que o visitante crie uma reflexão crítica sobre o papel e função dessas áreas protegidas, estimulando a valorização acerca dos saberes, conhecimento e cultura da região, se informando a respeito das questões socioambientais associadas. Esses aspectos são fundamentais no contexto das iniciativas de turismo, caracterizadas como de base comunitária.

O guia foi construído de maneira participativa, a partir de entrevistas e da interlocução com os condutores e setores locais e teve como principal inspiração o conhecimento das pessoas que vivem e trabalham na região, seja como pescador,

condutor de visitantes, gestor da APA Guapi-mirim e da ESEC Guanabara. Os elementos que compõem o guia foram identificados através das impressões, experiências e motivações dos sujeitos locais e informações secundárias sobre a APA.

O objetivo é que o guia funcione como um dos canais de aproximação entre a sociedade e a APA Guapimirim, instigando questões sobre os significados dessas áreas, tanto para a comunidade diretamente relacionada a ela, quanto para a sociedade como um todo. Ao provocar no visitante essa reflexão, a interpretação ambiental incentiva valores de proteção e inspira ações para defesa da natureza

O papel do guia de campo é servir como um instrumento de inspiração para a interpretação ambiental, além de apoiar os condutores durante as atividades de visitação e motivar os visitantes a se conectarem com a área. Sendo assim, se faz importante monitorar os resultados alcançados com a sua utilização. É interessante observar se o produto interpretativo está despertando o interesse do visitante, agregando informações importantes e se o conteúdo está sendo exposto de maneira clara e interessante. Além disso, perceber se ele está facilitando o trabalho dos condutores e de que forma está auxiliando na interpretação.

REFERÊNCIAS

AMADOR, E. S. **Baía de Guanabara e Ecossistemas Periféricos: Homem Natureza**. Rio de Janeiro, 1997.

BALDIN, N.; MUNHOZ, E. M. B. **Snowball (Bola de Neve): Uma técnica metodológica para pesquisa em Educação Ambiental Comunitária**. In: X EDUCERE e I SIRSSE, 2011, Curitiba. Anais do Congresso Nacional de Educação. Curitiba - PR: Champagnat - Editora PUCPR, 2011. v. 1. p. 329-341.

BARRETO FILHO, Hênio T. **Da Nação ao Planeta através da Natureza: uma abordagem antropológicas das unidades de conservação de proteção integral na Amazônia**. 2001. 211f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social)-Universidade de São Paulo, 2001.

BECKER, B. (org.) **Dimensões Humanas da Biodiversidade: o desafio das novas relações sociedade e natureza no século XXI**. Ed. Vozes. Petrópolis, RJ, 2006.

BENSUNAN, N. **Conservação da biodiversidade em áreas protegidas**. Editora FGV, Rio de Janeiro. 2006. 176 p.

BENSUNAN, N. **Diversidade e unidade: um dilema constante**. Uma breve história da ideia de conservar a natureza em áreas protegidas e seus dilemas. In: Bensusan, N.; Prates, A.P. (orgs) *A diversidade cabe na unidade? Áreas protegidas no Brasil*. IEB, Brasília. 2014. Pp. 30-8.

BOTELHO, E.S.; MACIEL, G. G. ; GONÇALVES, R. S. ; IRVING, M. A. . **Reflexões sobre educação ambiental e turismo em parques nacionais brasileiros**. In: Marta de Azevedo Irving; Camila Gonçalves de Oliveira Rodrigues; Andrea Rabinovici; Helena Araújo Costa.. (Org.). *Turismo, áreas protegidas e inclusão social: diálogos entre saberes e fazeres..* 1ed.Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2015, v. 1, p. 177-203.

BOTELHO, E.S.; RODRIGUES, C. G. O. **Inserção das iniciativas de base comunitária no desenvolvimento do turismo em parques nacionais**. Caderno Virtual de Turismo. Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 280-295, ago. 2016.

BURSZTYN, I. **Sobre conceitos e práticas do turismo de base comunitária no Brasil**. Turismo e Sustentabilidade. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2018, p.279-308.

CABRAL, N.; SOUZA, M. **Área de Proteção Ambiental. Planejamento e**

gestão de Paisagens protegidas. RiMa. Campinas, 2005 –2ª Edição.

CALDAS, L.C.C. **Roteiro de agroturismo de São Pedro da Serra e arredores, Nova Friburgo/RJ: Potencialidades e Limitações.** Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-graduação em Práticas de Desenvolvv) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

DIEGUES, A. C. **O Mito Moderno da Natureza Intocada.** 6a ed. ampliada. São Paulo: Hucitec, 2008.

DOUROJEANNI, M.J. & Jorge Pádua, M.T. 2013. **Arcas à deriva: unidades de conservação do Brasil.** Technical Books, Rio de Janeiro. 352p.

DUDLEY, N. (ed.) **Guidelines for Applying Protected Area Management Categories.** IUCN, Gland, Switzerland. x + 88p. WITH Stolton, S.; Shadie, P. & Dudley, N. 2013. IUCN WCPA Best Practice Guidance on Recognising Protected Areas and Assigning Management Categories and Governance Types. Best Practice Guidance on Recognising Protected Areas Guidelines Series nº21. IUCN, Gland, Switzerland.143p.2008.Disponível<http://www.iucn.org/about/work/programmes/gpap_home/gpap_capacity2/gpap_bpg/?13959/Guidelines-for-applying-protected-area-management-categories>. Acesso em 12 de Fevereiro de 2019.

FABRINO, N.H. **Turismo de Base Comunitária: proposição de um instrumento de análise.** Turismo e Sustentabilidade. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2018. p.309-328.

FERNANDEZ, A. C. F. **Um Rio de florestas: uma reflexão sobre o sentido da criação dos parques na cidade do Rio de Janeiro.** Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 24, n. 47, p. 141-161, jan.-jun. 2011.

FERNANDEZ, A. C. F.; OLIVEIRA, R. R.; DIAS, M. C. O. **Plantas exóticas, populações nativas: humanos e não humanos na paisagem de uma UC de Proteção Integral.** Tessituras, Pelotas, v. 3, n. 1, p. 121-153, jan./jun. 2015.

FUKUDA, J. C.; Santana, A.P. ; COELHO, Z. S. ; Muniz, M.B. ; Mello, T. F. de ; SENRA, K. V. ; Coelho, B.H. da S. ; FERNANDES, A. ; MALAFAIA, A. . **Visitas de escolas e universidades à Área de Proteção Ambiental de Guapimirim (RJ), com ênfase nos anos de 2011 e 2012.** In: Encontro Fluminense Uso Público em UCs: gestão e responsabilidades, 2013, Niterói. Uso público em unidades de conservação: planejamento, turismo, lazer, educação e impactos. Niteroi, RJ: Editora Alternativa, 2013. p. 350-356.

FURLAN, S. A.; MARINHO, M. A.; CAMPOLIM, M. B. **Conflitos e diálogos: análise dos Sistemas de Áreas Protegidas e Populações Tradicionais na América Latina em Florestas Tropicais**. 2015

GEERDINK, S.; NEIMAN, Z. **A educação ambiental pelo turismo**. In: NEIMAN, Z.; RABINOVICI, A. (Orgs.). *Turismo e meio ambiente no Brasil*. Barueri: Manole, p. 63-83, 2010.

GODOY, Ana. **O modelo da natureza e a natureza do modelo**. São Paulo em Perspectiva. , v.14, p.129 - 138, 2000.

HERRERA, B. **Potencialidades e limites de conselhos de unidades de conservação: considerações sobre a implantação do Comperj na região do Mosaico Central Fluminense**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social. Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2017.

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. **Plano de Manejo da Apa-Guapimirim/RJ**, 2004.

ICMBIO. **Turismo de base comunitária em unidades de conservação: princípios e diretrizes**. MMA, Brasília, 2017.

IRVING, M. A.; MATOS, K. **Gestão de parques nacionais no Brasil: projetando desafios para a implementação do Plano Nacional Estratégico de Áreas Protegidas**. Revista Floresta e Ambiente, v.13, n.2, p. 89 - 96, 2006.

IRVING, M. A. **Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária: inovar é possível?** Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro. Editora Letra e Imagem. 2009.

LEUZINGER, Márcia D. **Natureza e Cultura: direito ao meio ambiente equilibrado e direitos culturais diante da criação de unidades de conservação de projeto integral e domínio público habitadas por populações tradicionais**. 2007. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável)- Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília.

LITTLE, P.E. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade**. UNB, Brasília. 2002. 32p. Disponível em : < <http://nute.ufsc.br/bibliotecas/upload/paullittle.pdf> >. Acesso em 10 de Janeiro de 2019.

MAYER, C.; BREWSTER, L.; FINGHUNM, R.; **Você consegue! Seu guia para**

elaboração de produtos interpretativos não pessoais em áreas protegidas. Centro para gestão de áreas protegidas. Universidade do Colorado. 2019.

MENDONÇA, T.C.M.; MORAES, E.A. de. **Reflexões emergentes sobre turismo de base comunitária, à luz da experiência no "Paraíso Proibido": Vila do Aventureiro, Ilha Grande, Brasil.** Journal of Tourism and Development, v.4, 2012, pp.1169-1183.

MENDONÇA, T.C.M.; MORAES, E.A.; COSTA, M.A.M. **Turismo e pesca nas Reservas Extrativistas Marinhas de Arraial do Cabo (RJ) e da Prainha do Canto Verde (CE): possibilidades e limites de complementaridade.** Caderno Virtual de Turismo. Rio de Janeiro, v. 13, n. 3, p.372-390, dez. 2013.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Diretrizes para visitação em Unidades de Conservação.** Brasília: Secretaria de Biodiversidade e Florestas. Ministério do Meio Ambiente, 2006.

MORAES, M.B.R. **Implementação das Áreas de Proteção Ambiental Federais no Brasil: o enfoque da gestão.** Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Geografia Física do departamento de Geografia da faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. 2011.

MORAES, E.A.; IRVING, M.A. **Ecoturismo: encontros e desencontros na Reserva Extrativista do Cazumbá-Iracema (AC).** Revista Brasileira de Ecoturismo, São Paulo, v.6, n.3, ago/out-2013, pp.738-757.

MORAES, E.A.; IRVING, M.A. **Turismo de base comunitária: entre utopias e caminhos possíveis no contexto brasileiro.** Turismo Ressignificando Sustentabilidade. Rio de Janeiro. Editora Folio. 2018

MOREIRA, JC. **Educação ambiental e interpretação ambiental voltada aos aspectos geocientíficos: atividades geoeducativas, interpretativas e turísticas.** In: Geoturismo e interpretação ambiental[online]. 1st ed. rev. and enl. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2014, pp. 71-133.

NAVARRO, F.S.; RASSAN, S.; PAGLIARA, M.; WAINER, J. **Caiçara: A fatura de um povo na salmoura.** São Paulo: Editora Páginas e Letras, 2007.

NEIMAN, Z. **A educação ambiental através do contato dirigido com a natureza.** Tese (Doutorado em Psicologia). Universidade de São Paulo. USP. São Paulo, 2007.

NIEBEL, D.; Dias, B.F.S.; Hoeflich, E.E. & Farvar, M.T. Prefácio In: Borrini-

Feyerabend, G.; Dudley, N.; Jaeger, T.; Lassen, B.; Pathak Broome, N.; Phillips, A. & Sandwith, T. **Governance of Protected Areas: From understanding to action**. Best Practice Protected Area Guidelines Series nº 20. IUCN, Gland, Switzerland. 2013.

OLIVEIRA, S.C.C. e Melo, R.S. **As trilhas do Jardim Botânico Benjamim Maranhão (João Pessoa - PB) como recurso para interpretação ambiental**. 2009. Caderno Virtual de Turismo. Rio de Janeiro, v. 09, n. 2, p.113-125.

PANDEFF, P. A. **Gestão ambiental em Unidades de conservação: reflexões a partir do projeto defeso na APA-Guapimirim**. Dissertação de Mestrado. Curso de Pós-graduação em Ciências Ambientais, Universidade Federal Fluminense. 2009

PRATES, A.P. & SOUSA, N., **Panorama geral das áreas protegidas no Brasil: desafios para o cumprimento da meta 11 de AICHI**. In Bensunan, N & Prates, A.P., A diversidade cabe na unidade? Áreas Protegidas no Brasil. (82-119). Brasília: Editora Mil folhas 2014.

PREFEITURA DE SÃO PAULO. **Ecoturismo e agroecologia no extremo sul de São Paulo**. 2013.

PRESTES, L. D., Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2016.

PUREZA, F.; PELLIN, A.; PADUA, C. 2015. **Unidades de conservação**. Matrix, São Paulo. 240p.

RAMOS, A., **Políticas públicas para áreas protegidas no Brasil**. In Bensunan, N & Prates, A.P., A diversidade cabe na unidade? Áreas Protegidas no Brasil. (152-165). Brasília: Editora Mil folhas 2014.

REZENDE, Denis Alcides, CASTOR, Belmiro Valverde Jobim. **Planejamento Estratégico Municipal: Empreendedorismo participativo nas cidades, prefeituras e organizações públicas**. Rio de Janeiro: Editora Brasport, 2005.

SANTILLI, J. Socioambientalismo e novos direitos. Peirópolis, São Paulo. 2005. 303 p.

SANSOLO, D.G.; BURSZTYN, I. **Turismo de base comunitária: potencialidade no espaço rural brasileiro**. In R. Bartholo, D.G. Sansolo & I. Bursztyn, Turismo de Base Comunitária, diversidade de olhares e experiências. (142-161). Rio de Janeiro: Editora Letra e imagem, 2009.

SIQUEIRA, A.E.; **Guia de Campo do Parque Nacional da Tijuca**. 2013.

SOUZA, J.V.C. 2013. **Congressos Mundiais de Parques Nacionais da UICN**

(1962-2003): registros e reflexões sobre o surgimento de um novo paradigma para a conservação da natureza. Dissertação de Mestrado. Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 214p. Disponível em:http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/14174/1/2013_JoaoVitorCamposSouza.pdf. Acesso em 12 de Janeiro de 2019.

TALBOT, V. **Termos de Compromisso: histórico e perspectivas como estratégia para a gestão de conflitos em unidades de conservação federais.** Dissertação de mestrado. Escola Nacional de Botânica do Rio de Janeiro/ Jardim Botânico do Rio de Janeiro. 2016.

WEIGANG Jr, R.; Silva, D.C.; Silva, D.O. 2011. **Metas de Aichi: Situação atual no Brasil.** UICN, WWF-Brasil e IPÊ, Brasília. 67p.

Ximenes, S. S. F. **Interpretação ambiental em unidades de conservação e a perspectiva crítica da educação ambiental: possibilidades para o planejamento e o monitoramento.** 2015. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-graduação em Práticas de Desenvolvimento Sustentável) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

APÊNDICE I – Roteiros de Entrevistas

Analistas do ICMBio

- 1) Nome:
- 2) Cargo/função:
- 3) Há quanto tempo trabalha na APA Guapi-mirim?
- 4) Como você explica o que é o mangue? Quais elementos que mais caracterizam o ecossistema local/o maguezal?
- 5) Quais são os perfis de visitantes que frequentam a APA?
- 6) Com base na sua experiência, quais as informações mais procuradas pelos visitantes quando estão na APA Guapi-mirim? Quais as principais questões de interesse dos visitantes?
- 7) Quais os aspectos da cultura local associada à utilização sustentável (principalmente pesca) você considera relevante para apresentar no guia de campo?
- 8) Que tipo de informação você considera importante conter no Guia de Campo?
- 9) Você tem alguma sugestão sobre o formato/abordagem do guia de campo?
- 10) Quais condutores e profissionais que atuam na recepção de visitantes na APA você considera interessante para entrevistar?

Condutores de visitantes

- 1) Nome:
- 2) Qual atividade exerce na APA?
- 3) Há quanto tempo trabalha na APA Guapi-mirim?
- 4) A atividade na APA é a principal fonte de renda?
- 5) Exerce alguma outra atividade para complementar a renda?
- 6) Se sim, qual? Como ela é realizada?
- 7) O que é o ecossistema do manguezal para você?
O que mais caracteriza o mangue?
O que o mangue representa?
Quais são os elementos desse ecossistema que você considera mais interessantes?
Quais espécies do mangue considera importantes?
- 8) Qual tipo de roteiro (terrestre, aquático) você realiza?
- 9) Quando você recebe o visitante, o que você gosta de mostrar para ele?
- 10) Quais são os aspectos e assuntos que você gostaria de tratar com o visitante?
- 11) Quais são os animais que os visitantes acham mais interessantes?
- 12) Qual o tipo de público você costuma conduzir?
 visita particular
 grupo turístico
- 13) Quantas pessoas recebe por ano?
- 14) Finalidade do turismo?
 recreativo pesca
 contemplativo educativo
- 15) Você sabe o que é a APA de Guapi-mirim?
- 16) Se sim, qual a importância da APA de Guapi-mirim para a preservação do manguezal?

Especialistas que atuam diretamente no turismo na área

- 1) Nome:
- 2) Instituição:
- 3) Quais iniciativas/projetos/atividades desenvolve na APA Guapi-mirim?
- 4) Há quanto tempo trabalha em parceria com a APA Guapi-mirim?
- 5) No seu ponto de vista qual é o diferencial, o que caracteriza a APA Guapi-mirim?
- 6) Com base na sua experiência, quais são os principais públicos da APA Guapi-mirim?
- 7) O que os visitantes procuram/gostam de ver quando visitam a APA Guapi-mirim?
- 8) Quais são os aspectos naturais e culturais que você considera relevantes para compor um guia de campo?
- 9) Você tem alguma sugestão de formato/abordagem para o guia de campo?